

PERCURSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL dos Diplomados da NOVA

**Relatório Síntese
Licenciados, Mestres e Doutores**

Coortes de 2010 a 2019

Ficha Técnica:

Coordenação

Professora Doutora Isabel L. Nunes

Vice-Reitora da Universidade NOVA de Lisboa para o Planeamento Estratégico, Qualidade, Acreditação e Empregabilidade

Autoria

Professor Doutor Miguel Chaves

Coordenador Científico do OBIPNOVA / CICS.NOVA e NOVA FCSH

Co-autoria

Mestre Ana Catarina Cananão

Tratamento de Dados

Mestre Miguel Gago e Mestre Maria João Camejo

Divisão de Garantia da Qualidade e Assuntos Académicos, Reitoria da NOVA

Fornecedor de serviços técnicos especializados

A.C. Nielsen Portugal - Estudos de Mercado Unipessoal, Lda.

Leitura e validação

Comissão Científica do OBIPNOVA

Edição

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

reitoria@unl.pt | www.unl.pt

abril 2023

Glossário de Critérios adotados do Instituto Nacional de Estatística

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- a) tinha efetuado trabalho de, pelo menos, uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Considerando que os bolseiros de investigação recebem subsídios, de entidades públicas ou privadas, destinados a financiar a realização, pelo próprio, de atividades de natureza científica, tecnológica e formativa, entende-se para efeitos do inquérito que recebem uma remuneração pelo trabalho, sendo deste modo classificados como empregados.

Desempregado: indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

Inativo: indivíduo, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não pode ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado, nem desempregado, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

Taxa de Desemprego: taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de Emprego: taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população com idades entre os 16 e os 74 anos.

Lista de Acrónimos e Siglas

AP – Administração Pública

CIES – Centro de Estudos e Investigação em Sociologia

Curso – Ciclo de Estudos Conferente de Grau

Eurostat – Gabinete de Estatísticas da União Europeia

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

NOVA – Universidade Nova de Lisboa

OBIPNOVA – Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA

ONG – Organização Não Governamental

UO – Unidade Orgânica

ÍNDICE

1.	Introdução e conclusão sumária.....	1
1.1.	Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego	2
1.2.	Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”)	4
1.3.	Níveis de rendimento	4
1.4.	Situação perante a profissão	4
1.5.	Natureza jurídica das entidades empregadoras	5
1.7.	Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrar	7
1.8.	Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma	7
2.	Licenciados.....	8
2.1.	Situação perante a atividade dos licenciados	9
2.2.	Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	10
2.3.	Percentagem de licenciados que prosseguiram estudos	11
2.4.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados	12
2.5.	Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados	14
2.6.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados	15
2.7.	Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão	16
2.8.	Situação dos licenciados na sua profissão	17
2.9.	Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar	18
2.10.	Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	19

3.	Mestres	22
3.1.	Situação perante a atividade dos mestres	22
3.2.	Percentagem de mestres que prosseguiram estudos	23
3.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres	24
3.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	25
3.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres	26
3.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos mestres	27
3.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres	28
3.8.	Situação dos mestres na sua profissão	29
3.9.	Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão	30
3.10.	Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar	32
3.11.	Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	33
4.	Doutores.....	35
4.1.	Situação perante a atividade dos doutorados	35
4.2.	Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos	36
4.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados	36
4.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	37
4.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados	38
4.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados	39
4.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados	40
4.8.	Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão	41
4.9.	Situação dos doutorados na sua profissão	43
4.10.	Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrar	44
4.11.	Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	45

1. Introdução e conclusão sumária

O Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA) desenvolve as suas atividades de recolha de informação, agregando todas as unidades orgânicas (UO) da NOVA, no quadro da área de responsabilidade da Reitoria que concerne à empregabilidade.

O presente relatório foi realizado tendo por base os dados nucleares das inquirições realizadas pelo OBIPNOVA ao percurso de inserção profissional dos diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA), que concluíram os seus ciclos de estudos conferentes de grau (de ora em diante, designados por “cursos”) nos anos letivos de 2010 a 2019. Todos estes inquéritos, aplicados anualmente, procuram retratar a situação profissional dos licenciados, mestres e doutores da NOVA, de cada uma das coortes, exatamente um ano após a obtenção da respetiva titulação. Os dados devem, portanto, ser lidos sabendo-se que a informação referente a cada coorte diz respeito ao ano posterior ao mencionado nos gráficos (a título de exemplo, a informação respeitante à coorte de 2010 deve ser apreciada tendo em conta que nos referimos à situação profissional dessa coorte em 2011; a informação associada à coorte de 2011, diz respeito à situação dessa coorte em 2012, e assim por diante).

As amostras, estatisticamente representativas, têm por base margens de erro reduzidas (principalmente no caso dos licenciados e mestres), permitindo assim depositar uma confiança considerável na fiabilidade dos dados (Cf. Relatório Metodológico).

Os inquéritos do OBIPNOVA proporcionam, além disso, a possibilidade de se descrever o cenário de inserção dos diplomados das diversas UO e de todos os ciclos de estudos. No presente documento, disponibilizam-se os totais para o conjunto da Universidade, sem se proceder a segmentações por UO ou por curso.

Antes de se apreciar a situação dos diplomados de cada um dos níveis de ensino, procurar-se-á, num sumário inicial, delinear as tendências evolutivas gerais, repartindo-as por algumas das dimensões-chave de caracterização do cenário de inserção, que serão depois observadas em pormenor.

1.1. Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego

A percentagem de desempregados e a “taxa de desemprego” conheceram uma evolução similar nos três níveis de escolaridade (licenciados, mestres e doutores), aumentando consideravelmente com a intensificação da crise económica e financeira. Entre os licenciados, o agravamento do desemprego registou-se já na coorte de 2011. Junto dos mestres e doutores, evidenciou-se, sobretudo, na coorte de 2012. Porém, em qualquer destas populações, o desemprego decresceu de forma significativa a partir da coorte de 2013, mantendo-se numa trajetória descendente até à coorte 2017. Em 2019, última coorte analisada, o desemprego e a inatividade aumentaram significativamente entre os licenciados e mestres.

Por sua vez, as “taxas de emprego” foram sofrendo oscilações entre os licenciados. No caso dos mestres e doutores a tendência dessa mesma taxa foi, claramente, de aumento a partir de 2013. Todavia, foi junto dos indivíduos com mestrado concluído que a tendência ascendente da “taxa de emprego” se manteve constante, atingindo os seus pontos mais altos em 2017 e 2018, momentos em que superou os 90%. Na coorte de 2019, assistimos a uma redução da “taxa de emprego” entre os mestres. Em contrapartida, entre os doutores deparamo-nos com uma ligeira subida dessa mesma taxa, que atingiu, em 2019, o valor mais elevado de entre as dez coortes analisadas.

Em termos gerais, e seja qual for o ano considerado, é importante sublinhar que a “taxa de desemprego” se reduz e a “taxa de emprego” se eleva à medida que transitamos dos licenciados para os mestres e destes para os doutores.

A coorte de 2019 merece especial atenção, tanto por ser a mais recente, como por ser marcada, entre licenciados e mestres, por um abrupta degradação da situação perante o trabalho. Não descartando a necessidade de se acompanhar em que medida esta situação se poderá repetir nos anos seguintes, é indubitável que os diplomados de 2019 ingressaram no mercado de trabalho numa conjuntura fortemente marcada pela pandemia - o ano de 2020 foi excecionalmente atípico. Como referem Mamede *et al.* (2020)¹, aquando do surgimento da conjuntura pandémica responsável pela doença Covid-19, evento sem precedente na história recente, a economia portuguesa tinha, em larga escala, recuperado face à crise anterior. A situação económica voltou, no entanto, a deteriorar-se rapidamente, originando uma queda significativa de indicadores diversos, entre eles, as taxas de emprego e de atividade.

¹ Mamede, R. P., Pereira, M. e Simões, A. (2020), *Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*, Genebra: Organização Internacional do Trabalho. ISBN: 9789220328514

Em Portugal, o impacto da conjuntura pandémica foi sentido em praticamente todos os setores de atividade, com destaque para a hotelaria, a restauração e os serviços administrativos e de apoio, com peso proporcionalmente elevado na perda de postos de trabalho. De acordo com os dados fornecidos pelo serviço público de emprego (IEFP), evidenciou-se que o aumento do desemprego afetou, sobretudo, os trabalhadores jovens com idades inferiores a 25 anos, comparativamente com os indivíduos das faixas etárias mais avançadas. É importante ressaltar que os contratos temporários são especialmente abundantes entre estes jovens trabalhadores, nomeadamente estágios (remunerados ou não remunerados), períodos experimentais, contratos a meio termo, entre outras situações precárias.

Convergindo com estas leituras, o estudo *Desemprego e Precariedade Laboral na População Jovem: Tendências Recentes em Portugal e na Europa*, realizado pelo Observatório das Desigualdades do Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES), concluiu que os jovens foram os mais afetados pela conjuntura pandémica no que diz respeito às oportunidades laborais. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que, no contexto europeu e concretamente em Portugal, a taxa de desemprego para jovens com menos de 25 anos sofreu um aumento.

De um modo geral, as medidas de confinamento impostas pelo governo português com o objetivo de combater o avanço da pandemia tiveram um impacto profundo nas condições laborais. Muitas empresas reduziram ou cessaram a sua atividade, implementando-se políticas como o regime de *layoff*. Um ano de pandemia traduziu-se numa redução da população empregada e numa diminuição do número de horas trabalhadas (Carvalho et al., 2021²).

A par destes indicadores, o início da crise pandémica conduziu ainda a um aumento da afluência aos centros de emprego. Com base nos dados divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)³, no primeiro ano letivo afetado pela pandemia (2019/2020), assistiu-se a um aumento das taxas de abandono do ensino superior, bem como das taxas de desemprego e de inatividade entre os recém-licenciados – números que vêm interromper a tendência de melhoria que se verificava desde 2015.

² Peralta, S.; Carvalho, B.; Esteves, M. (2022), *Portugal, Balanço Social 2021. O Retrato do país e de um ano de pandemia*. Social Equity Initiative, NOVA SBE, Fundação “la Caixa” e BPI.

³ Portal Inforcursos. Consultado em 21 de julho de 2021. <https://infocursos.medu.pt/>

1.2. Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”)

Ao contrário do que sucedeu com a situação perante a atividade, não se notou qualquer deterioração nos níveis de ajustamento vertical e horizontal na última coorte, fosse qual fosse o nível de estudos. Só aparentemente este dado é paradoxal com o referido no ponto 1.1., como se tornará nítido adiante.

Se considerarmos a globalidade da década, dois aspetos devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, os níveis de ajustamento, mantiveram-se elevados e foram melhorando. Segundo, tal como ocorre com vários outros indicadores, os resultados do ajustamento vertical e horizontal são tanto mais elevados quanto maior o nível de estudos que os indivíduos alcançaram.

1.3. Níveis de rendimento

Independentemente do ano em análise, os níveis de rendimento aumentam de forma significativa à medida que se vai escalando o nível de estudos. A orientação evolutiva é, neste aspeto, semelhante em todos eles – os rendimentos sofreram uma redução até à coorte de 2014, e melhoraram nas seguintes. Entre licenciados e mestres parecem mesmo ter-se igualado, em 2018, os níveis registados na coorte de 2010. Em 2019, os níveis de rendimento atingiram valores recorde, tanto para os licenciados como para os mestres.

Conforme foi referido acima, é de salientar que as médias remuneratórias dos doutorados foram sempre muito superiores às observadas nos dois níveis de ensino precedentes. Em 2019, essas remunerações eram em 333 euros mais altas do que as dos mestres, e em 590 euros superiores às dos licenciados.

Tendo em conta os anos em análise, parte significativa da recuperação de rendimentos ter-se-á ficado a dever a uma redução da carga fiscal direta, em especial da taxa social única.

1.4. Situação perante a profissão

A aproximação de licenciados, mestres e doutores volta a evidenciar-se no que toca à situação perante a profissão. Qualquer dos graus é marcado por uma acentuada supremacia dos “trabalhadores por conta de outrem”, verificando-se um ligeiro aumento dos “trabalhadores por conta própria” nas coortes cuja inserção decorreu no período de intensificação da crise económica e financeira. Embora os níveis de ensino tenham ultrapassado sempre, entre licenciados, mestres

e doutores, a casa dos 90% nas dez coortes analisadas, a coorte de 2019 regista, no caso dos mestres e doutores, um ligeiro aumento dos “trabalhadores por conta própria”. Trata-se, para estes, de uma contratendência, que deverá ser analisada em pormenor no futuro.

1.5. Natureza jurídica das entidades empregadoras

O padrão evolutivo da “natureza jurídica das entidades empregadoras” apresenta também consideráveis similaridades entre os três níveis de formação: o setor privado assiste, ao longo do tempo, à intensificação do seu peso enquanto entidade empregadora; inversamente, o setor público – formado pela Administração Pública e pelas Empresas Públicas ou Mistas – sofre um declínio significativo.

Junto dos mestres, o setor privado é já responsável pela maioria dos empregos a partir da coorte de 2012, e a sua importância tem vindo a crescer acentuadamente ao longo dos anos. Entre licenciados, o setor privado foi o principal setor empregador em qualquer das coortes analisadas. Apenas para os doutorados, o setor público continuou a ser dominante.

Na coorte de 2019, porém, identificamos um aumento relativo do setor público como criador de emprego e um declínio do setor privado, quer para os licenciados quer para os mestres. No caso do doutores, esta contratendência não se verifica – persistiu a intensificação do setor privado e o declínio relativo do setor público.

Acrescente-se que foi, também, exclusivamente entre doutorados que a importância do conjunto formado pelas Fundações, IPSS e ONG não decaiu em 2018. Para os mestres, mas sobretudo para os licenciados, a queda deste último género de entidades foi intensa, a ponto de o seu peso no emprego se ter tornado residual nas últimas coortes analisadas, com um ligeiro aumento para os licenciados na coorte de 2019.

1.6. Setores de atividade

No caso dos licenciados, o peso percentual dos setores de atividade na formação do emprego acompanha, até à coorte de 2016, o declínio do papel do Estado enquanto entidade empregadora. Este declínio torna-se sobretudo perceptível se observarmos os Organismos da Administração Pública central e local, pois, a importância destes cai inexoravelmente ao longo da década. Em 2019, assistimos, contudo, a um aumento do peso dos Organismos da Administração Pública central e local, graças a um acréscimo da percentagem de licenciados empregados na Justiça e,

acima de tudo, no Setor Educativo, se bem que este último esteja longe de atingir o peso que detinha em 2010.

O setor de atividade dominante, no entanto, foi sempre o dos *Serviços Prestados às Empresas*, pontualmente ultrapassado em 2015 e 2016 pelo do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, em declínio nas últimas coortes, sobretudo em 2019, sem dúvida em resultado da conjuntura pandémica e das restrições implementadas. É ainda de destacar, a partir de 2015, a retoma da *Banca e dos Seguros*, que volta, contudo, a sofrer um recuo na coorte de 2019.

O perfil de emprego dos mestres é, em diversos aspetos, similar ao dos licenciados. Também entre aqueles impera, seja qual for a coorte considerada, o setor dos *Serviços prestados às empresas*, e se verifica um recrudescimento da *Banca e dos Seguros*. Além disso, o peso dos *Organismos da Administração Pública* cai constantemente desde 2010, e a sua perda nunca chega a ser compensada pelo incremento de qualquer outro setor predominantemente público – a *Educação* tem um peso quatro vezes menor em 2018 do que em 2010 no emprego dos mestres, embora volte a sofrer um aumento, se bem que ligeiro, na coorte de 2019.

A maior diferença entre o perfil de emprego dos mestres e o dos licenciados regista-se, por um lado, no peso da *Saúde e Ação Social*; por outro, no das *Indústrias de transformação, eletricidade, água, gás e Construção e Obras Públicas*. Ambos os setores estão muito mais representados entre Mestres do que entre Licenciados (importa não esquecer que as formações em Ciências Médicas e em Engenharias ainda se constituíam como mestrados integrados em 2019). Inversamente, o setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis* está fortemente sobrerrepresentado entre os licenciados.

Por fim, entre doutores a situação é radicalmente distinta da que encontramos entre os dois precedentes de ensino: o setor *Educação* continua aqui a ser o mais representado, mesmo encontrando-se em acentuado declínio – o número de doutores que nas coortes de 2017 e 2018 se encontravam empregados na *Educação* não correspondia já a metade do total. E, em 2019, esse valor decresceu ainda mais. Contrariamente, aumentou de forma nítida, e praticamente constante, o número de doutores a trabalharem na área da *Saúde e Ação Social*, em especial na coorte de 2019. Embora os setores da *Educação* e da *Saúde e Ação Social* polarizem a grande maioria do emprego dos doutores da NOVA, a dispersão por um maior número de setores intensificou-se nas últimas seis coortes, sendo de ressaltar o aumento das *Indústrias de Transformação, eletricidade, água, gás e construção e obras públicas*, bem como, especificamente na coorte em 2019, os *Serviços prestados às empresas*. A tendência, que se vem registando, de aumento da dispersão dos doutores por um conjunto cada vez mais amplo de setores de atividade, merecerá especial atenção na análise das próximas coortes.

1.7. Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrar

A partir de 2012, auge da crise económico-financeira, o OBIPNOVA começou também a recolher dados acerca do modo como os diplomados se posicionavam face à possibilidade de emigrar. Considerou-se que esse dado constituiria um indicador indireto da sua perceção acerca da qualidade do cenário de emprego em Portugal. Postulou-se que os graduados tenderiam a manifestar tanto menos intenções de emigrar quanto mais favoravelmente avaliassem as suas oportunidades profissionais em contexto nacional, por comparação com as oportunidades laborais no estrangeiro. Ora, desde a coorte de 2012, momento em que a proclamação de intenções emigratórias foi mais elevada, verifica-se que a manifestação de disposições desse género tem vindo a decrescer.

1.8. Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma

Finalmente, considerou-se que a manifestação de intenção de escolha do mesmo curso e do mesmo estabelecimento de ensino funcionariam como indicadores relevantes da avaliação global que os diplomados produzem da sua formação na NOVA. Como se poderá observar adiante, a intenção da escolha do mesmo curso é afirmada pela grande maioria dos diplomados, sendo ainda mais extenso o número daqueles que declaram que escolheriam a mesma escola.

Sendo certo que a questão da “empregabilidade” constitui apenas um de entre vários fatores que os indivíduos equacionam na avaliação global que produzem do seu curso e da sua escola, é muito provável que a sua relevância tenda a intensificar-se na avaliação que aqui produzem, uma vez que os inquiridos sabem, de antemão, que se encontram a responder a um inquérito acerca da sua experiência de inserção profissional.

2. Licenciados

Os inquéritos levados a cabo pelo OBIPNOVA pretendem, antes de quaisquer outros aspetos, caracterizar a situação dos diplomados perante a atividade, apurando o número de “empregados”, “desempregados” e “inativos” de cada uma das coortes de graduados da NOVA. Para proceder a essas classificações, seguem-se os critérios e definições utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Eurostat. A sua correta aplicação obriga a que, em sede de inquirição, todos os indivíduos sejam colocados perante uma mesma questão: “Na semana X (semana de referência), trabalhou pelo menos uma hora (trabalho pago)?”. A semana de referência corresponde, nos inquéritos do OBIPNOVA, ao momento exato em que cada inquirido fez um ano após a conclusão do curso.

Na esmagadora maioria das situações, a resposta afirmativa a esta pergunta determina a classificação dos indivíduos como “empregados”. Em caso de resposta negativa, os respondentes são classificados como “desempregados” se, nas três semanas anteriores à “semana de referência”, se encontravam disponíveis para trabalhar e, simultaneamente, realizaram diligências para procurar emprego; inversamente, são classificados como “inativos” se declararam que, nesse mesmo período, não se encontravam disponíveis para trabalhar ou não haviam desenvolvido esforços para encontrar trabalho.

A adoção das classificações oficiais do INE, bem como das definições e respetivos critérios, permite-nos dispor de classificações objetivas, estáveis e padronizadas para proceder à categorização dos indivíduos como “desempregados”, “empregados” e “inativos”, além de nos facultar a possibilidade de cotejar várias coortes ou de comparar os dados da NOVA com outros dados oficiais, nacionais e internacionais. A sua maior limitação reside no facto de tais definições autorizarem a classificação como “empregados” de indivíduos que se encontravam numa situação bastante precária face ao mercado de trabalho, trabalhando poucas horas por semana e/ou usufruindo de baixas remunerações (ex.: aqueles que realizaram apenas biscoites). Acreditamos, contudo, que o conjunto de informações suplementares que também disponibilizaremos, em especial as referentes ao “Nível de remuneração” e ao “Grau de adequação do emprego ao nível de instrução”, nos permitem atenuar essa lacuna, facultando-nos um quadro de caracterização global da situação profissional dos diplomados que consideramos bastante detalhado.

2.1. Situação perante a atividade dos licenciados

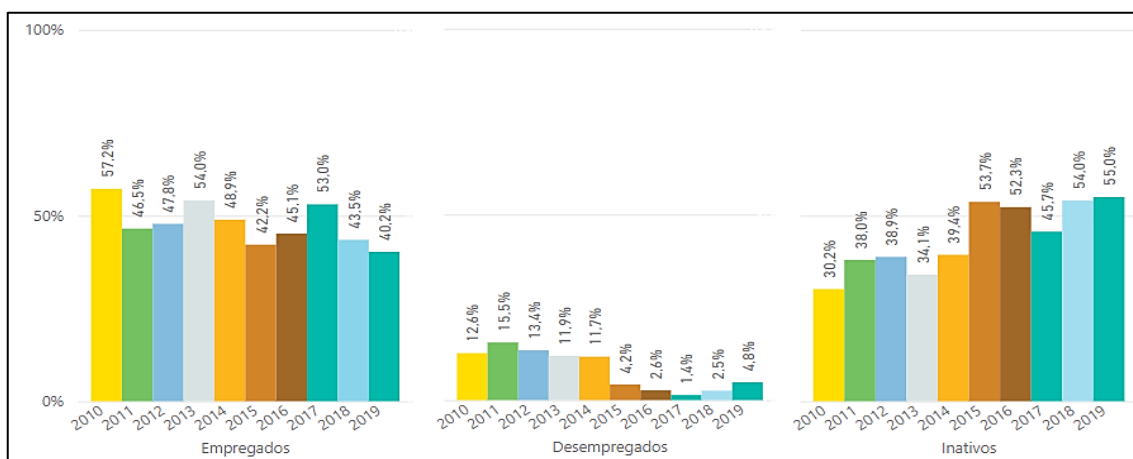


Figura 1. Situação perante a atividade dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

Se compararmos o conjunto dos anos letivos, constatamos que se verificou uma queda abrupta da percentagem de empregados da coorte de 2010 para a de 2011, e um aumento do número de desempregados, que ascendeu a 15,5% na coorte de 2011. Como era de prever, a coorte de 2011 enfrentou especiais dificuldades de inserção no mercado de trabalho (é importante não esquecer que os dados se referem à situação em que os diplomados se encontravam um ano após a finalização do curso, o que coincide, na grande maioria dos casos, com semanas situadas no segundo semestre de 2012).

Nas coortes seguintes – 2012, 2013 e 2014 – registou-se uma recuperação da percentagem de empregados, sem que, alguma vez, se tenha igualado a proporção alcançada em 2010. A percentagem de desempregados foi, no entanto, consideravelmente menor em qualquer das coortes a partir de 2013 do que em 2010, facto que se ficou a dever, em grande medida, ao aumento do número de inativos. É certo que o aumento da inatividade já se havia registado em 2012, mas, nesse momento, não fora suficiente para impedir o crescimento do desemprego – a conjuntura económica era de tal modo depressiva que mesmo esse incremento não foi o bastante para atenuar a ascensão do número de indivíduos que, sem êxito, procuravam trabalho. Os motivos para o crescimento da inatividade serão desvendados mais à frente.

Das dez coortes analisadas, destaca-se, pela positiva, a de 2017 (importa reforçar que os dados dizem respeito à situação em que esta se encontrava em 2018). Em resultado de uma melhoria assinalável da conjuntura, a percentagem de desempregados quedou-se no número inédito de 1,4%, tanto mais notável se tivermos em conta que a percentagem de inativos também baixou. Um ano após a conclusão da graduação, 40,2% dos licenciados que obtiveram o diploma no ano letivo de 2019 estão “empregados” (com 6,7% destes a declarar que o seu trabalho

corresponde a um “estágio remunerado”). Registou-se um aumento acentuado da percentagem de desempregados, de 4,8%, valor mais elevado desde a coorte de 2014, embora, como se pode observar na Figura 1, ascenda a mais de metade (55,0%) o número de indivíduos classificáveis como “inativos” (embora estes valores não se constituam como um aumento muito significativo relativamente à coorte antecedente).

Resumidamente, os indicadores da situação perante a atividade melhoraram claramente no último quadriénio (2015-2018) comparativamente com os do quadriénio anterior (2011-2014), com destaque para a coorte de 2017, especialmente beneficiada pela melhoria do cenário macroeconómico, pelo menos durante o seu primeiro ano de inserção. Na coorte de 2019 (dados que dizem respeito à situação em que esta se encontrava em 2020) fica evidente um novo agravamento face aos indicadores da situação perante a atividade, com a taxa de emprego a quedar-se no seu valor mais baixo de toda a série (40,2%), embora, em resultado da percentagem de “inativos”, que é também a mais alta do decénio (55%), a percentagem de desempregados se mantenha longe dos valores registados entre 2010 e 2014, não ultrapassando 4,8%.

2.2. Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

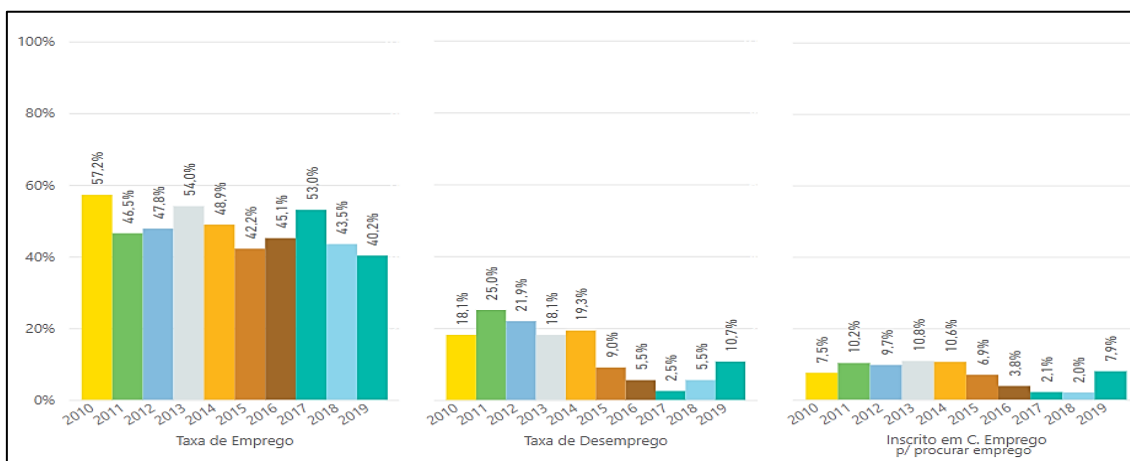


Figura 2. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

Ora, tendo em conta os dados anteriores, a evolução das “taxas de emprego” e de “desemprego”, patentes na Figura 2, seriam, desde logo, fáceis de prever.

Com efeito, a taxa de desemprego aumentou de forma vertiginosa da coorte de 2010 para a de 2011 – instante em que atingiu um pico de 25% – tendo, depois, recuado. Nos anos de graduação de 2012, 2013 e 2014 a redução fez-se, claramente, graças ao aumento do número de

empregados. De 2015 em diante, a intensificação da descida do desemprego é, em parte, atribuível também ao aumento da inatividade.

Merecem particular referência as coortes de 2018 e de 2019, que vêm interromper a tendência de quebra das taxas de desemprego, que se vinha verificando desde o ano de licenciatura de 2011 (com exceção da coorte 2014). Ora, se observarmos os dados do INE, verificamos que o acréscimo da taxa de desemprego registado entre os licenciados da NOVA da coorte de 2018, um ano após a conclusão da licenciatura, não destoia da tendência também registada a nível nacional. Com efeito, tal crescimento coincide com um ligeiro aumento observado em Portugal, na referida taxa, entre os diplomados das faixas etárias juvenis, no terceiro trimestre de 2019, comparativamente com o terceiro trimestre de 2018 (é, justamente, nos terceiros trimestres de cada ano que a grande maioria dos licenciados da NOVA conclui o grau). No contexto nacional, as taxas de desemprego entre indivíduos com o nível de instrução superior sobem, do terceiro trimestre de 2018 para o terceiro trimestre de 2019, de 21,0% para 23,4% na faixa etária ≤ 24 anos, e de 6,3% para 7,0% na faixa 25-34 anos. Neste último grupo etário, o desemprego continua a aumentar no 4.º trimestre de 2019, ascendendo a 8,4%.

Refira-se que estes dados são ainda anteriores à crise pandémica, cujos efeitos apenas se farão na coorte de 2019. Nesta última, deparamo-nos com o valor mais baixo de Taxa de Emprego entre todas as coortes analisadas (40,2%). No que concerne, quer à Taxa de Desemprego, quer ao Número de Inscritos em Centros de Emprego (para procurar emprego), registaram-se aumentos significativos, respetivamente uma quase duplicação e triplicação face a 2018. Importa sublinhar que estes valores nunca haviam atingindo uma expressão tão elevada desde 2014, ressaltando o forte impacto da conjuntura pandémica.

2.3. Percentagem de licenciados que prosseguiram estudos

Sem prejuízo de aprofundamentos ulteriores, é nítido que o aumento da inatividade se ficou em larga medida a dever ao número de indivíduos que prosseguiram estudos sem procurar trabalho. Com efeito, na coorte de 2019, o número de licenciados que ainda estudavam voltou a ascender, à semelhança de 2018, à fasquia recorde dos 70%, a condição de “estudante” era absolutamente dominante entre os inativos – entre estes, 88,1% encontravam-se a estudar, não desenvolvendo diligências ativas para encontrar emprego (cf. Figura 3). Todavia, a percentagem de estudantes atingiu, também, um nível considerável entre os empregados (53,2%).

O aumento ininterrupto do número de inativos-estudantes é um claro indício de que se assistiu, nos últimos anos, a uma intensificação da importância concedida à transição para o 2.º Ciclo. No

caso da NOVA, o interesse pelos cursos de 2.º Ciclo atingiu, na segunda metade da década, níveis nunca antes alcançados. Na coorte de 2019, 72% dos licenciados “prosseguiram estudos”.

Contrariamente, entre os desempregados, o número de estudantes foi, em qualquer das coortes, sempre superior a um quinto. No entanto, a tendência apontou para um declínio desde 2010, tendo atingido, em 2018, o valor mínimo de 22,7%. A coorte de 2019, à semelhança do que havia sucedido com as de 2015 e de 2017, interrompem a tendência de redução da percentagem de desempregados-estudantes. Esta é a população à qual melhor cabe o qualificativo de NEET - população que não se encontra nem a estudar nem a trabalhar - correspondendo a, aproximadamente, 3% do total de licenciados na coorte de 2019.

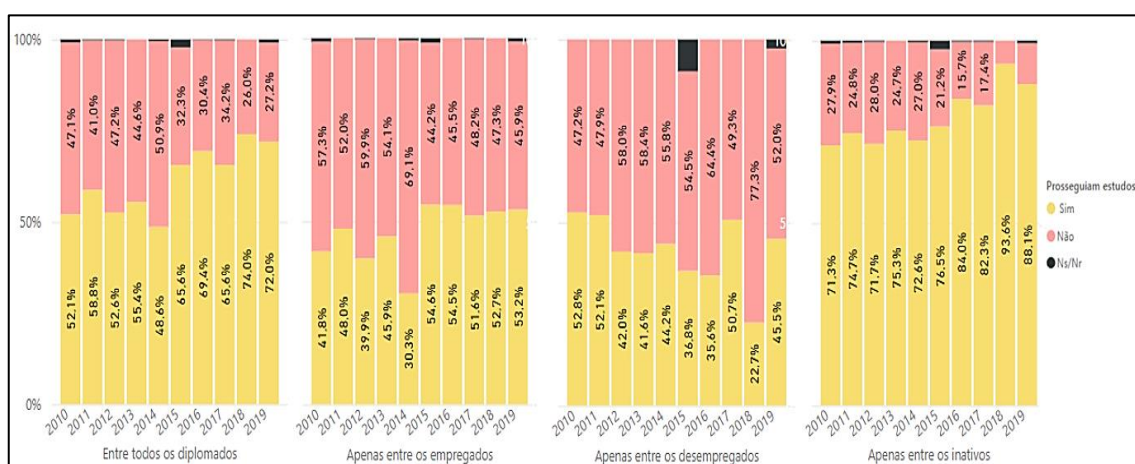


Figura 3. Percentagem de licenciados da NOVA que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

2.4. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados

Vejamos, agora, em que medida as atividades profissionais desenvolvidas pelos licenciados se adequavam, por um lado, ao seu nível de instrução (“ajustamento vertical”) (Figura 4) e, por outro, à área do seu curso (“ajustamento horizontal”) (Figura 5). Ambas as variáveis são de enorme relevância para se aferir o grau de qualidade dos empregos em que esta população se encontrava inscrita, um ano após a graduação.

Para avaliar o grau de “ajustamento vertical”, o OBIPNOVA utilizou os critérios da OCDE, que postula que os indivíduos classificados nos grupos profissionais 1 (“Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos”); 2 (“Especialistas

das Profissões Intelectuais e Científicas”) e 3 (“Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio”) se encontram numa posição profissional adequada a um nível de instrução superior⁴.

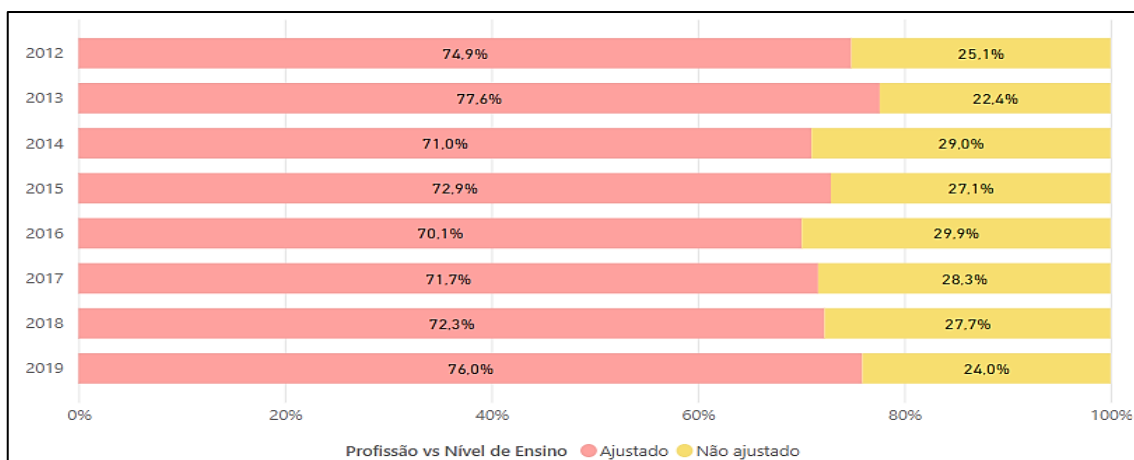


Figura 4. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos licenciados da NOVA, um ano após a conclusão do grau

A convergência entre a atividade profissional dos licenciados e o seu nível de instrução (“ajustamento vertical”) é, na coorte de 2019, de 76%. Este número de ajustamento, que se situa acima de três quartos do total, regista um aumento face à coorte precedente, despontando, contudo, a coorte de 2013 como aquela que, um ano após a graduação, patenteava níveis de ajustamento superiores – 77,6%.

Por sua vez, o grau de “ajustamento horizontal” (Figura 5) melhorou nos últimos três anos. Começou a aproximar-se, de forma nítida, de três quartos do total nas coortes de 2017 e de 2018, ultrapassando-os em 2019, coorte em que se atingiu um nível de ajustamento de 80,1%. É curioso verificar que, quer nesta última, quer na coorte de 2018, a aproximação entre a área do curso e a atividade profissional ocorreu em simultâneo com uma deterioração da situação perante a atividade (Figura 1). Tal não é contraditório: o volume e a qualidade do emprego não têm que coincidir. Se se partir, aliás, do pressuposto que a inatividade e o desemprego podem resultar, em certa medida, da recusa de possibilidades de trabalho mais distantes da área de formação (eventualmente menos qualificadas), o aumento dos níveis de desemprego e de inatividade tenderão a contribuir, por mero efeito estatístico, para um aumento dos níveis de ajustamento.

⁴ As três primeiras categorias da International Standard Classification of Occupations (ISCO), que integra a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), são reconhecidas como aquelas que “include posts to be typically occupied by tertiary education graduates”. Cf: Eurostat (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility*, Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities, pp. 131-137.

Ao contrário do que sucede com o ajustamento vertical, os dados referentes ao ajustamento horizontal são obtidos a partir de uma avaliação realizada pelos próprios inquiridos, com recurso a uma escala de 10 dígitos, em que 1 significa que a atividade profissional se encontra “Totalmente desajustada à área de formação” e 10 que está “Totalmente ajustada”. Convencionou-se que uma avaliação idêntica ou superior a 6 significa que os indivíduos percecionam positivamente o ajustamento entre a área em que se formaram e o conteúdo do trabalho que realizam. Por outro lado, considera-se a atividade dos bolseiros de investigação, por definição, totalmente ajustada à respetiva área de formação.

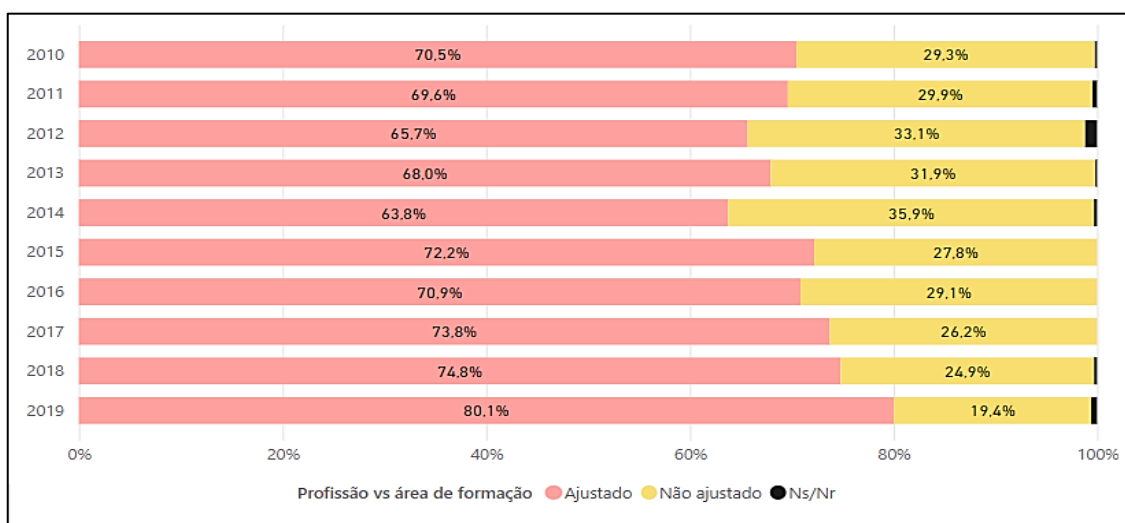


Figura 5. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

2.5. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados

Outro indicador nuclear para se caracterizar o cenário de inserção diz respeito aos níveis remuneratórios (Figura 6). Embora os valores médios tenham que ser avaliados com cautela, pois dependem de declarações dos próprios inquiridos com todas as limitações inerentes a tal método de apuramento, dão certamente indicações razoáveis acerca das tendências evolutivas.

Feita a advertência, as remunerações líquidas aumentaram, entre a coorte de 2018 e a de 2019, dos 940 para os 1071 euros. Reforçou-se, assim, a tendência de subida que se vinha verificando desde o ano de 2015, e superou-se em 2019 o valor de 2018. Se observarmos os dados disponibilizados pelo INE (“Rendimento médio mensal líquido - Série 2011 - € - da população empregada por conta de outrem por Local de Residência, NUTS – 2013, e Profissão; Anual”), verificamos que as referidas tendências de aumento são convergentes com as observadas a nível nacional para os “Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas” e para os “Técnicos e

Profissionais de Nível Intermédio”, grupos profissionais nos quais se inscreve a grande maioria dos licenciados da NOVA.

Os valores encontrados dizem respeito a remunerações líquidas, pelo que, considerando o contexto dos últimos anos, a recuperação ter-se-á ficado a dever, em parte, à redução do peso da fiscalidade direta, em especial da “taxa social única”.

No caso dos jovens licenciados da NOVA, e eventualmente de outras universidades portuguesas, o aumento dos rendimentos poderá também estar relacionado com o aumento da inatividade. Com efeito, é razoável presumir-se que são, justamente, os jovens diplomados que se encontram diante do mercado de trabalho em condições mais débeis, quem mais tenderá a adiar o ingresso nesse mercado. A subtração desses casos, em favor da inatividade, contribuirá, igualmente, e só por si, para o aumento do valor médio das remunerações, que na coorte 2019 atinge um valor recorde (Figura 6).

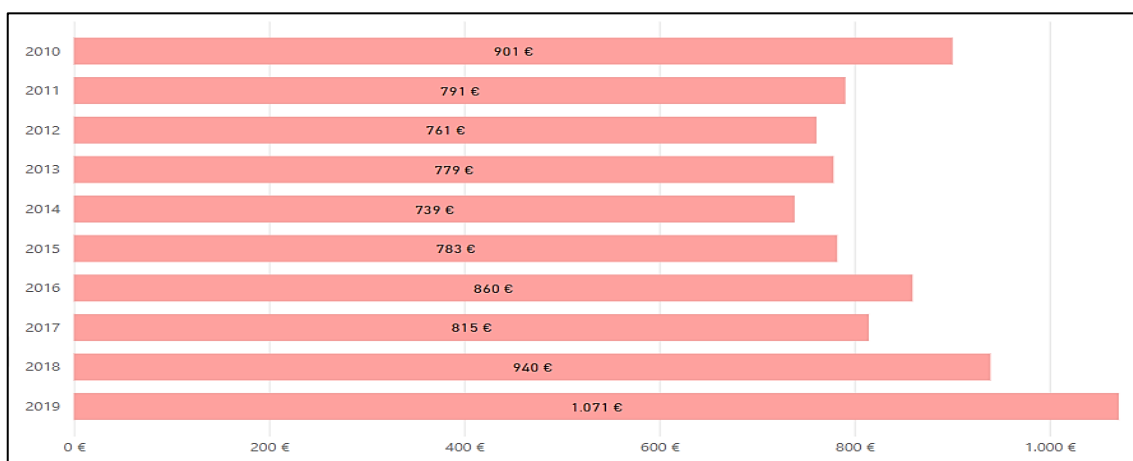


Figura 6. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

2.6. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados

No que concerne à natureza jurídica da entidade empregadora (Figura 7), observa-se que os licenciados de 2019 se encontravam, na sua grande maioria (73,5%), “empregados” no “setor privado”. Este setor impera em qualquer das coortes, embora seja notório um decréscimo relativamente às coortes antecedentes (2013-2018). Acrescente-se que a tendência aponta, de modo claro, no sentido de um ascendente das empresas privadas e de uma quebra do setor público na formação de emprego, orientação evolutiva apenas revertida na três coortes mais recentes, com um aumento do peso relativo da *Administração Pública* (AP). Tal sucedeu, sobretudo, na última coorte, em que a AP obteve o valor de 17,1%, o mais elevado desde 2011. Também as *Empresas Públicas ou Mistas* cuja importância se vinha contraindo de 2015 em diante,

sofreram, em 2019, um aumento considerável para os 6,4%, importância, em termos relativos, 3,5 vezes superior à registada em 2018.

A representatividade das ONG, agregada à das IPPS e das Fundações, foi sempre muito minoritária, embora tenha aumentado de 1,1% para 3,3% entre as coortes de 2010 e 2013. A partir desse ano e, até 2017, registou-se uma diminuição acentuada, a ponto de, nesta última coorte, o seu peso se ter tornado residual (1,1%). Verificou-se depois uma ligeira recuperação em 2018, reforçada em 2019, ano em que estas instituições passaram a representar 2,4% das entidades empregadoras dos licenciados da NOVA, registo mais elevado desde a coorte de 2015.

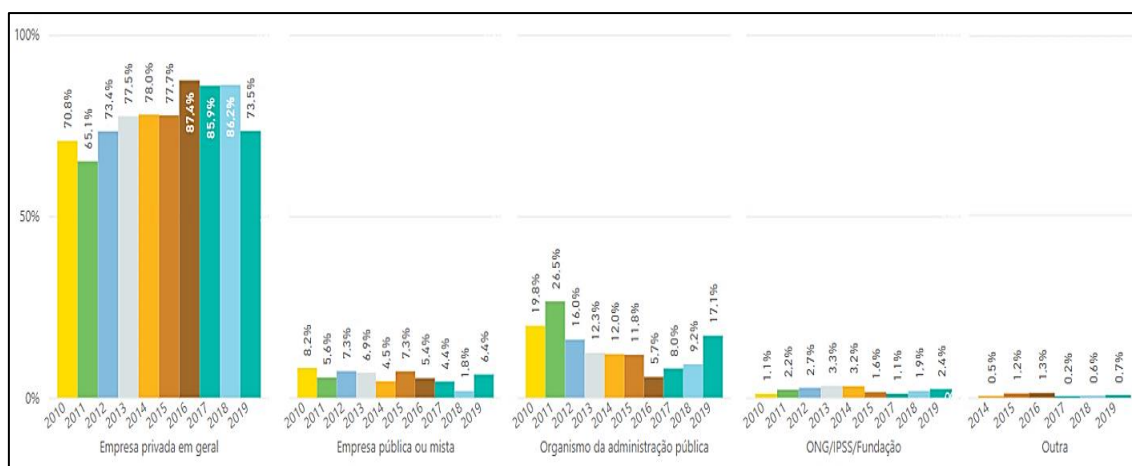


Figura 7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

2.7. Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão

Que relevância assume cada um dos setores de atividade na formação do emprego dos licenciados (Figura 8)? Responder a esta questão ajuda a esclarecer o conteúdo do emprego nas Empresas Privadas e nos Organismos da Administração Pública, nomeadamente o ascendente das primeiras, que acabámos de ressaltar.

No caso dos setores mais associados à iniciativa privada, verifica-se a proeminência dos *Serviços Prestados às Empresas*, dominante em qualquer dos anos, com exceção de 2015 e 2016, biénio em que foi destronado pelo forte crescimento do setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*. Este último chegou a ser responsável por 26,4% dos empregos em 2016, ou seja, por um quarto do emprego total, reforçando assim uma tendência de crescimento que se fazia notar desde o início da década. A referida orientação ascendente dos *Serviços Prestados às Empresas* e do *Comércio, Restaurantes e Hotéis* inverteu-se, contudo, nos últimos dois anos (em especial em 2019), respetivamente para 16,5% e 15,1%, sem, todavia, perder a sua proeminência. Este facto

é claramente coincidente com o maior impacto da crise pandémica no setor privado, nomeadamente nos setores do turismo e restauração.

Em 2019 verificou-se um recuo semelhante no setor da *Banca* e dos *Seguros*, o que significou uma interrupção da retoma desses setores, registada a partir de 2015.

Já os setores das *Comunicações e Transportes* e das *Indústrias Transformadoras, eletricidade, água, gás e construção e obras públicas*, irão sofrer flutuações ao longo do tempo, volatilidade que não permite discernir uma tendência nítida ao longo do tempo, embora o segundo tenha registado em continuidade, nos dois últimos anos, um peso relativo que nunca havia alcançado em períodos anteriores: praticamente duplica o valor da coorte de 2010.

Por sua vez, a proporção dos setores dominados pelo Estado - *Organismos da Administração Pública, Educação e Justiça* - aumentou em 2019 (o que é compatível com a sua maior resistência à conjuntura recessiva provocada pela pandemia), embora já se tivesse verificado uma recuperação do emprego no setor público a partir de 2017, com exceção dos *Organismos da Administração Pública*, que, de facto, apenas sentiram esse acréscimo em 2019. Neste ano, conforme se pode verificar na Figura 8, as áreas da *Justiça* e da *Educação* passam a representar, respetivamente, 7,2% e 10,9% do total dos setores de atividade em que os licenciados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau.

Coorte		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Setor de atividade		%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
	Serviços prestados às empresas	28,8%	158	24,1%	116	28,0%	154	30,2%	193	34,7%	217	21,4%	87	22,3%	115	33,1%	208	26,4%	135	28,5%	89
	Comércio, restaurantes e hotéis	12,0%	66	16,1%	78	11,7%	64	16,6%	106	18,1%	114	24,7%	100	26,4%	137	22,5%	142	16,5%	85	15,1%	65
	Educação	16,9%	93	13,7%	66	15,2%	84	16,0%	102	15,3%	96	2,2%	50	5,6%	29	8,4%	53	8,4%	44	10,9%	47
	Bancos e seguros	2,8%	70	8,6%	42	8,2%	45	8,8%	56	6,4%	40	9,2%	37	2,0%	62	2,6%	79	3,3%	69	8,5%	37
	Serviços artísticos e culturais	8,3%	45	9,7%	47	10,5%	58	5,1%	33	7,3%	46	5,7%	23	4,3%	22	5,6%	35	6,0%	31	10,1%	44
	Transportes e comunicações	3,7%	21	7,8%	37	8,6%	47	8,6%	55	3,9%	25	5,2%	21	9,2%	47	5,0%	31	6,6%	34	3,5%	15
	Administração Pública, central e local	6,6%	36	5,5%	27	5,1%	28	2,7%	17	2,9%	18	3,0%	12	2,8%	15	2,6%	16	1,3%	7	5,7%	25
	Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	3,3%	18	2,3%	11	2,1%	11	4,0%	25	2,7%	17	2,4%	10	1,9%	10	3,7%	23	6,2%	32	6,5%	28
	Justiça	2,2%	12	3,0%	14	2,3%	13	1,4%	9	2,6%	16	6,1%	25	1,9%	10	1,6%	10	4,5%	23	7,2%	31
	Saúde e ação social	2,8%	15	3,3%	16	2,7%	15	3,8%	24	1,9%	12	4,7%	19	3,1%	16	2,8%	18	2,5%	13	3,0%	13
	Outra situação									2,8%	11	4,9%	25	0,8%	5	6,0%	31	4,2%	18		
	Ns/Nr	0,8%	4	2,6%	13	2,2%	12	1,0%	6	1,6%	10	0,8%	3	2,4%	12			0,6%	3		
	Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais	0,3%	2	1,2%	6	1,1%	6	0,6%	4	1,1%	7	2,0%	8	1,4%	7	1,1%	7	0,9%	5	1,9%	8
	Agricultura, pesca e indústrias extrativas	1,1%	6	0,6%	3	0,6%	3	1,0%	7	1,1%	7			1,8%	9	0,3%	2	0,9%	5	2,2%	10
	Defesa Nacional	0,5%	3	1,5%	7	1,8%	10	0,2%	1	0,3%	2									0,8%	3
	Total	100,0%	549	100,0%	484	100,0%	549	100,0%	639	100,0%	627	100,0%	407	100,0%	518	100,0%	628	100,0%	517	100,0%	433

Figura 7. Setores de atividade em que os licenciados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

2.8. Situação dos licenciados na sua profissão

A observação da Figura 9 permite, por sua vez, constatar a larga e contínua supremacia dos licenciados que trabalhavam “por conta de outrem”, comparativamente com o número daqueles que declaravam trabalhar “por conta própria”. Os primeiros registam o seu valor mais elevado na

coorte de 2017, momento em que se atinge a fasquia dos 95,8%, seguido da coorte de 2019, com 95,6%.

Uma hipótese para a explicação deste fenómeno pode estar relacionada com o facto de a opção voluntária pelo “trabalho por conta própria”, pelo “autoemprego” ou pela “constituição de empresas unipessoais” (nomeadamente *startups*), continuar a ser minoritária e circunscrita a determinados cursos ou áreas de formação específicas, sendo, em muitos casos, assumida como alternativa reativa, ou seja, como uma resposta à impossibilidade de se encontrar trabalho “por conta de outrem”.

Se é certo que não dispomos de dados que nos permitam, com rigor, suportar a anterior afirmação, o recurso aos dados obtidos acerca das iniciativas “empreendedoras” dos diplomados da NOVA na coorte de 2014 (os dados acerca deste tema foram apenas recolhidos para esta coorte), revelaram que o número de iniciativas geralmente classificadas como “empreendedoras” era minoritário entre os licenciados, o mesmo sucedendo com os mestres e os doutorados. Com efeito, até ao momento em que foram inquiridos, apenas 11,5% dos licenciados de 2014 se haviam envolvido na “criação de uma nova empresa ou negócio”; 9,0% na “criação de um produto ou serviço que originou uma nova empresa ou negócio”; 2,9 % na “abertura de novo consultório ou escritório”, e 10,1% na “manutenção de uma empresa ou negócio familiar já existente”. É fundamental acrescentar que estes diferentes tipos de iniciativas foram protagonizados, na sua grande maioria, pelos mesmos indivíduos, pois tratava-se de uma resposta de escolha múltipla.

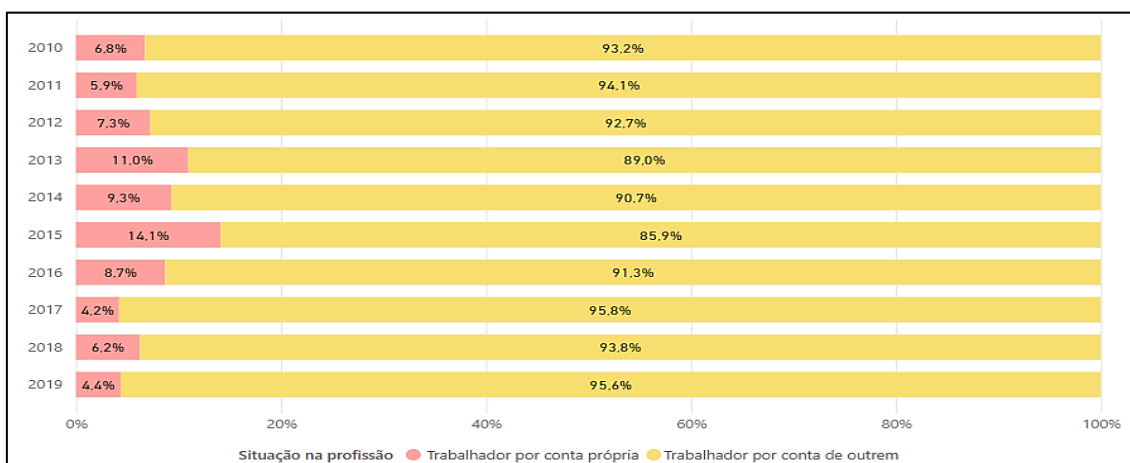


Figura 8. Situação dos licenciados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

2.9. Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar

Um indicador da tendencial melhoria da perceção dos licenciados relativamente ao cenário de emprego, encontra-se patente no grau de intensidade com que encaravam a possibilidade de

trabalhar no estrangeiro (Figura 10). A recolha de dados acerca da temática emigratória principiou apenas na inquirição de 2012, pelo que não se dispõe de informações para os anos precedentes.

Com efeito, a percentagem daqueles que viam essa possibilidade como “provável” ou que afixavam “já ter planos para emigrar nos próximos cinco anos” ultrapassava 40% dos diplomados na coorte de 2012, mas já não ia muito além de metade desse valor na de 2018. Na coorte de 2019, os indicadores relativos à intenção emigratória atingem o seu número mais baixo, não obstante a degradação dos indicadores de emprego. É indubitável que, para a retração das intenções emigratórias, contribuiu, uma vez mais, a conjuntura atípica extremamente desfavorável verificada em 2020. Às fortes restrições à mobilidade, somou-se percepção de que a situação de emprego se degradou na generalidade dos países, pelo que, para vários indivíduos, o passo emigratório seria considerado infrutífero.

Para uma melhor apreciação dos dados acerca deste tema impõe-se uma ressalva: dada a dificuldade de inquirir os graduados a residir no estrangeiro, maioritariamente por caducidade dos contactos telefónicos, é muito provável que o contingente de “emigrantes efetivos” (ou seja, o número daqueles que haviam emigrado no momento da inquirição) se encontre subrepresentado.

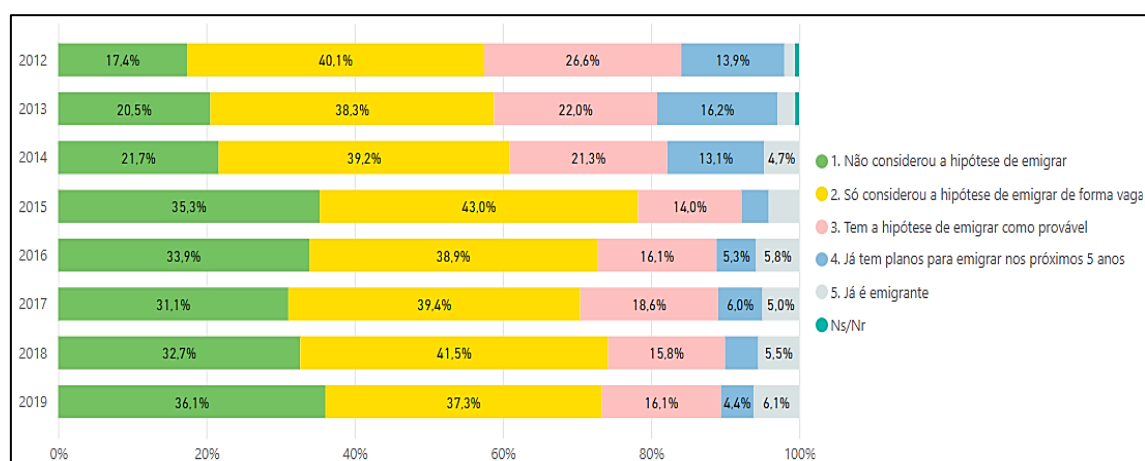


Figura 9. Posicionamento dos licenciados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

2.10. Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Para finalizar este périplo sintético pela situação de emprego dos licenciados, importa lembrar que os inquéritos OBIPNOVA têm aproveitado a circunstância de ser aplicados anualmente para aferir, retrospectivamente, o grau de satisfação dos diplomados, quer com o curso, quer com a Unidade Orgânica em que se formaram.

Utilizando-se essa informação, é possível observar, na Figura 11, que a relação dos diplomados com o ciclo de estudos em que se graduaram aparenta, na sua grande maioria, ser positiva, seja qual for a coorte. Em 2018, atinge o número recorde de 84,7%, corolário dos valores sempre superiores a 80% registados nas últimas cinco coortes, seguido da percentagem de 84,4% na coorte de 2019, que corresponde ao segundo valor mais elevado.

É possível que a melhoria relativa das oportunidades de emprego seja um dos elementos que explica o aumento destas avaliações positivas a partir de 2015, se bem que não seja o único, nem forçosamente o mais relevante. Múltiplos aspetos, nomeadamente de natureza pedagógico-científica, poderão concorrer para este balanço favorável.

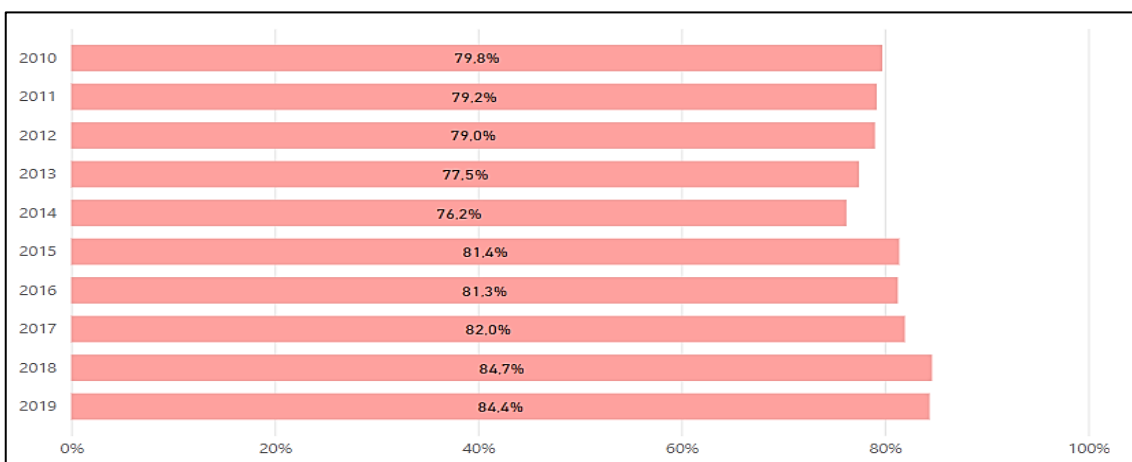


Figura 10. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Na Figura 12, constata-se que a relação dos licenciados com o estabelecimento de ensino é ainda mais satisfatória. Em qualquer das coortes, o grupo dos inquiridos que afirmam que escolheriam o mesmo estabelecimento de ensino é igual ou superior a 87,9%, valor mais baixo registado na coorte de 2011, ultrapassando os 90% nas coortes de 2017 e 2018. Já na coorte de 2019, a percentagem volta a baixar da linha dos 90%, mas continua a ser bastante elevada, perfazendo 88,8%.

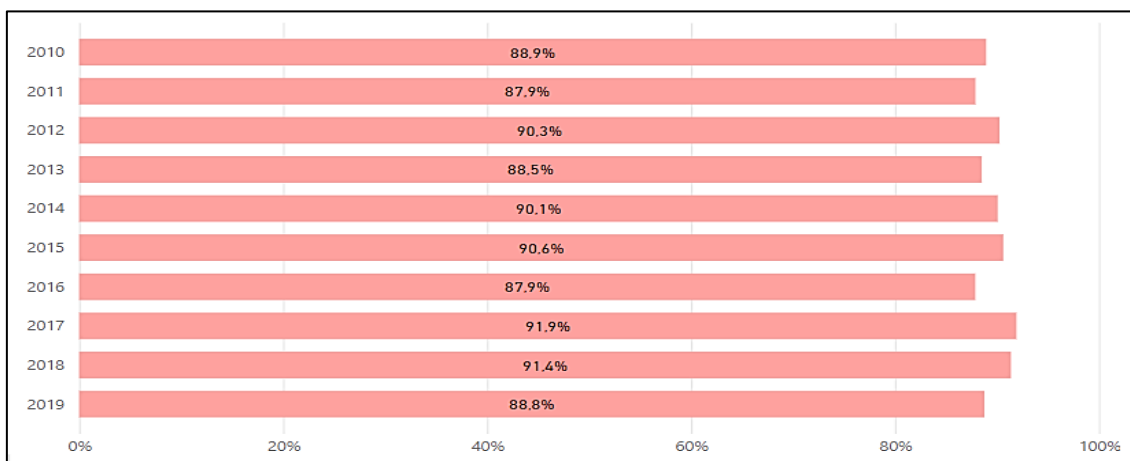


Figura 11. Percentagem de licenciados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Em jeito de adenda, e antes de nos atermos na situação dos mestres, importa ressaltar que os dados apresentados nas figuras 11 e 12 contêm limitações enquanto indicadores de avaliação do curso e da escola, pois, se a resposta afirmativa traduz um indubitável balanço positivo, a resposta negativa não expressa, necessariamente, uma avaliação desfavorável, podendo apenas significar que outros cursos ou estabelecimentos nacionais ou estrangeiros mereceriam a preferência dos diplomados, sem que isso signifique uma perceção negativa da escola e do curso que frequentaram. Esta constatação reforça, ainda mais, a apreciação favorável que os diplomados produzem da sua formação.

3. Mestres

3.1. Situação perante a atividade dos mestres

Até à coorte de 2016, a evolução da situação dos mestres perante o trabalho é idêntica à dos licenciados, mas os resultados são francamente mais positivos, sobretudo no que respeita à percentagem de empregados. A divergência maior em comparação com os licenciados tem lugar na coorte de 2018, ano em que a percentagem de empregados, que junto dos licenciados não vai além de 43,5%, atinge entre os mestres o valor ímpar de 92% (já havia ultrapassado a fasquia dos 90% em 2017). Em 2017 e 2018, a proporção de empregados supera mesmo a de 2010. Confirmando esta tendência, o desemprego baixou para percentagens inferiores a 2%, tanto em 2017, como em 2018. Por fim, a percentagem de inativos aproximou-se, em 2017 e 2018, dos valores anteriores a 2015, interrompendo-se assim a subida excecional e abrupta da inatividade observada em 2015 e 2016. Os valores apurados, muito em especial os de 2017 e 2018, expressam, no fundo, de forma enfática, a recuperação registada depois do “período de resgate”, instante em que a crise económico-financeira se acentuou.

Na coorte de 2019, porém, a situação degrada-se entre os mestres, especialmente se a compararmos com a observada nas duas coortes anteriores. A proporção de indivíduos empregados não ultrapassou 76,7% e a percentagem de desempregados aumentou de forma significativa (9,4%), registando o valor mais elevado de todas as coortes em análise (2010-2019), mesmo considerando que o número de inativos também subiu, situando-se em 13,9%.

Tratando-se de um ano muito atípico, a análise da situação da coorte de 2020 será fundamental para apreciar em que medida outros fatores que não os efeitos recessivos gerados pela pandemia, e portanto ultrapassáveis, poderão ter contribuído para este acréscimo do desemprego. Gera alguma surpresa o facto de esta deterioração ter sido mais intensa entre os mestres do que entre os licenciados, uma vez que são os últimos, mais que os primeiros, quem depende do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, setor drasticamente afetado. Veremos adiante quais os setores de atividade, formadores de emprego, mais atingidos entre os indivíduos que concluíram o 2.º Ciclo.

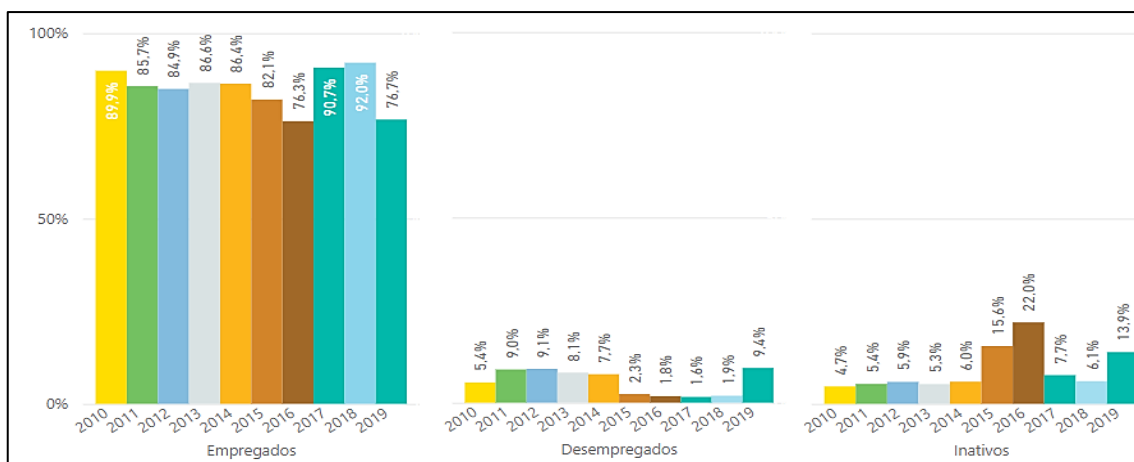


Figura 12. Situação perante a atividade dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

3.2. Percentagem de mestres que prosseguiram estudos

Como se pode observar na Figura 14, a percentagem de indivíduos que, após conclusão do mestrado, prosseguiram estudos, ora em outras licenciaturas, ora em pós-graduações, ora ainda em doutoramentos, reduziu-se em 2017 e 2018, depois de ter aumentado nos dois anos anteriores, voltando a crescer ligeiramente em 2019. O aumento de estudantes entre os inativos (isto é, a proporção dos indivíduos que estudavam entre aqueles que não trabalhavam nem procuravam trabalho) não cessou de aumentar até ao ano de 2018, tendo-se verificado um decréscimo em 2019, cuja razão, no quadro da informação disponível, não é possível determinar.

Relativamente ao crescimento dos estudantes no seio dos inativos, é possível, portanto, discernir três fases: uma primeira, até 2014, em que apenas entre um quarto e um quinto dos inativos prosseguiram estudos; uma segunda, a partir de 2015, em que o número de mestres que continuavam a estudar se foi aproximando de metade do total, chegando a ultrapassá-la em 2018, momento em que se fixou nos 52,1%; e uma terceira, em 2019, com uma redução para 30,6%.

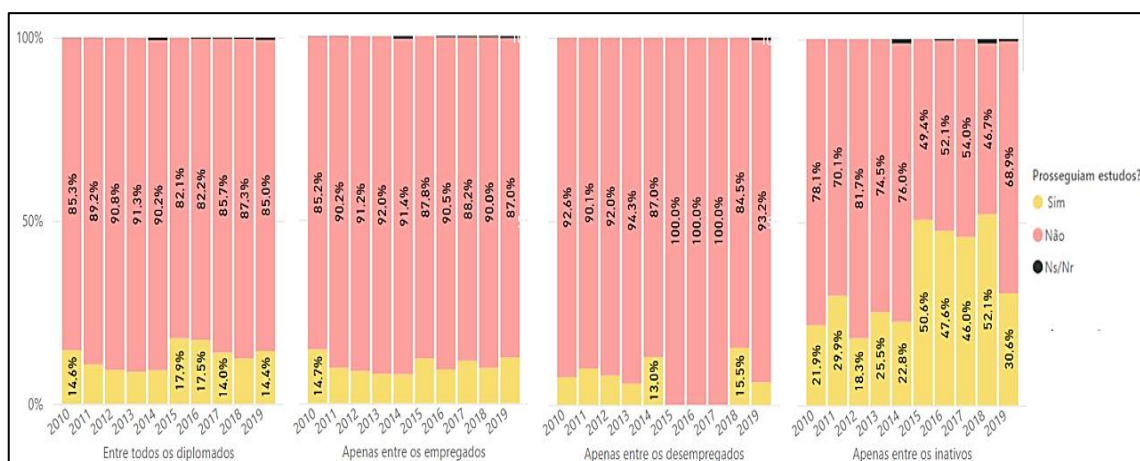


Figura 13. Percentagem de mestres da NOVA que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

3.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

Procurando aferir-se agora o peso que as bolsas de investigação ou de doutoramento assumiam ao longo de todo o período, há a destacar dois dados essenciais (Figura 15). O primeiro é o de que as coortes de 2014 e 2016 foram marcadas por uma quebra notória das bolsas atribuídas, tanto em valores percentuais quanto absolutos. O segundo é o de que nenhum ano igualou a percentagem de bolseiros de 2010, momento em que beneficiavam de bolsas de doutoramento ou de investigação 14,4% da totalidade dos mestres. Isto não significa que o número de bolsas não tenha aumentado (na realidade cresceu de 197 em 2010 para 216 em 2019), simplesmente não acompanhou o crescimento do número de mestres, que se amplificou a um ritmo muito superior (1366 em 2010 e 2403 em 2019).

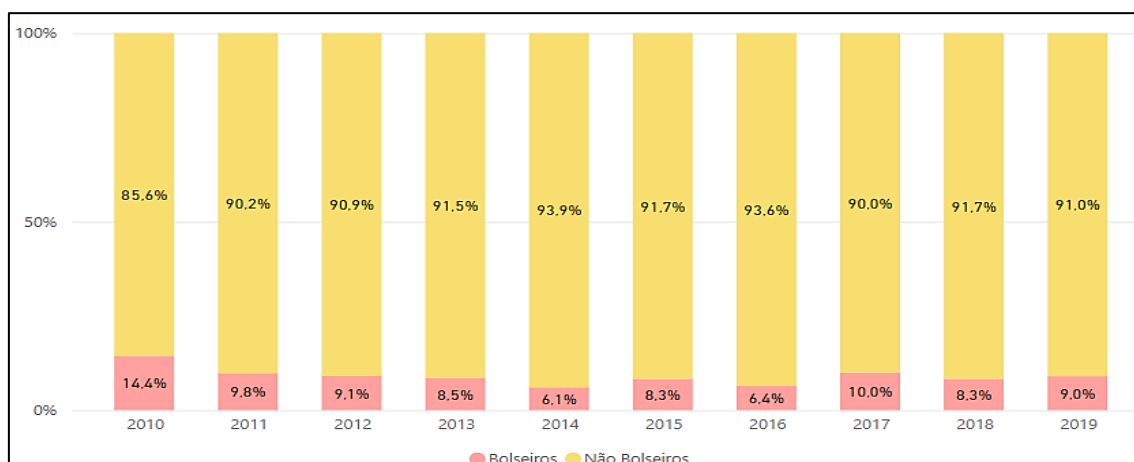


Figura 14. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

3.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Tendo em mente os dados que reportámos acerca da situação perante a atividade, é sem surpresa que deparamos com dois períodos bem distintos no que diz respeito às taxas de emprego e de desemprego (Figura 16). Num primeiro instante (2011-2014), marcado pela crise económica e financeira, as taxas de desemprego elevam-se acompanhadas por um grande aumento da percentagem dos mestres que um ano após a obtenção do diploma se encontravam inscritos nos Centros de Emprego – o valor destes últimos atingiu um pico de 13,8% entre os diplomados de 2012. O segundo momento, iniciado em 2015, é pautado por uma recuperação muito acentuada, a ponto de se ter reduzido, em cerca de três quartos, quer as taxas de desemprego, quer a percentagem de indivíduos inscritos em Centros de Emprego.

A observação das taxas de emprego permite-nos, por sua vez, revelar outra tendência. Esta diz respeito apenas ao período 2015-2018. Como se pode constatar, nos primeiros dois anos do referido quadriénio a taxa de emprego conhece os valores mais baixos da década (82,1% em 2015 e 72,3% em 2016), ao passo que em 2017 e 2018 ascende aos seus valores mais elevados (90,7% em 2017 e 92% em 2018). Ora, esta situação demonstra bem que nas coortes de 2015 e 2016 a redução do desemprego se encontrava fortemente relacionada com o aumento da inatividade, ao passo que nas de 2017 e 2018 a redução do desemprego se ficou já a dever ao aumento do número de indivíduos empregados. Em 2019 assistimos a um decréscimo da taxa de emprego para um valor de 76,7% e à elevação da taxa de desemprego para um inédito patamar de dois dígitos (10,9%). O número de inscritos como desempregados em Centros de Emprego mantém-se, porém, em níveis muito semelhantes aos dos anos de 2017 e 2018 e bem afastado dos valores recorde que apresentou entre 2010 e 2014. Esta observação vem reforçar a hipótese de que se tratou de um agravamento pontual, tendo os indivíduos desempregados formados em 2019 mais expetativas de encontrar trabalho a curto prazo do que os que haviam concluído o 2.º Ciclo na primeira metade da década.

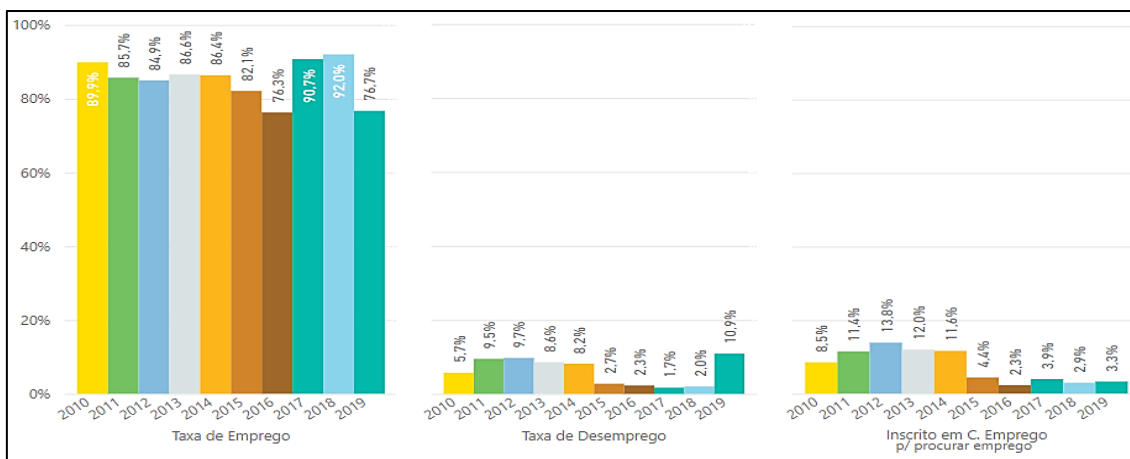


Figura 15. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

3.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres

A observação dos níveis de “ajustamento vertical” (Figura 17) e “horizontal” (Figura 18), para a determinação dos quais se adotaram procedimentos iguais aos utilizados junto dos licenciados, suscita-nos uma leitura otimista. Embora seja frequente escutar-se que a melhoria nos indicadores de emprego entre diplomados seria justificada por uma degradação da qualidade do mesmo, tudo indica que tal não se verifica, pelo menos no caso dos mestres da NOVA. Os níveis de ajustamento vertical, que foram elevados durante toda a década, aumentaram ainda ligeiramente na última coorte, sobretudo em comparação com as de 2012 e 2013. Em 2018, 96,4% dos mestres encontravam-se numa situação profissional que podemos classificar como de “ajustamento vertical”.

Mas é no caso do “ajustamento horizontal” que a tendência de melhoria registada nos últimos anos se torna mais vincada: a percentagem de indivíduos que indicam que a atividade profissional se encontrava ajustada à área científica de formação aproximava-se muito dos 88%, nas coortes de 2017 e 2018, quando não ia além dos 80% em 2012 e 2013. Na coorte de 2019, este valor ultrapassa a casa dos 90%, com um valor de 92,6%. Tudo se passa, portanto, como se a degradação da “situação perante o trabalho” (traduzida no aumento das taxas de desemprego) registada no período de intensificação da crise económico-financeira, tivesse coincido também com uma degradação da qualidade do mesmo.

Como é possível observar-se nas Figuras 17 e 18, os ajustamentos vertical e horizontal atingiram níveis ímpares em 2015 e 2016, superando, em ambos os indicadores, os 90%. Confrontadas com estas duas coortes, a de 2017 registou mesmo um ligeiro retrocesso. O ajustamento especialmente elevado verificado em 2015 e 2016, e agora também em 2019, que

excede todos os anteriores, pode ser interpretado de diversos modos, mas é possível que também ele possa estar relacionado com o forte aumento da inatividade registado naqueles dois anos. Com efeito, se o volume de ofertas de emprego e a qualidade das mesmas se mantiver estável, a redução do número de diplomados empregados irá ter um impacto positivo nas taxas de ajustamento vertical e horizontal, pois é razoável presumir-se que são aqueles cuja situação de ingresso no mercado de trabalho é menos vantajosa quem tenderá a permanecer, durante mais tempo, em inatividade.

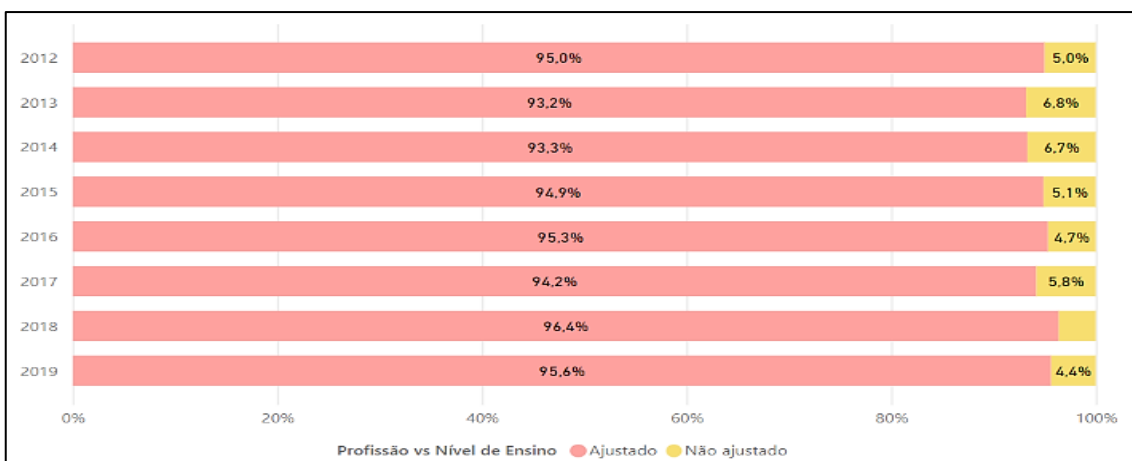


Figura 17. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

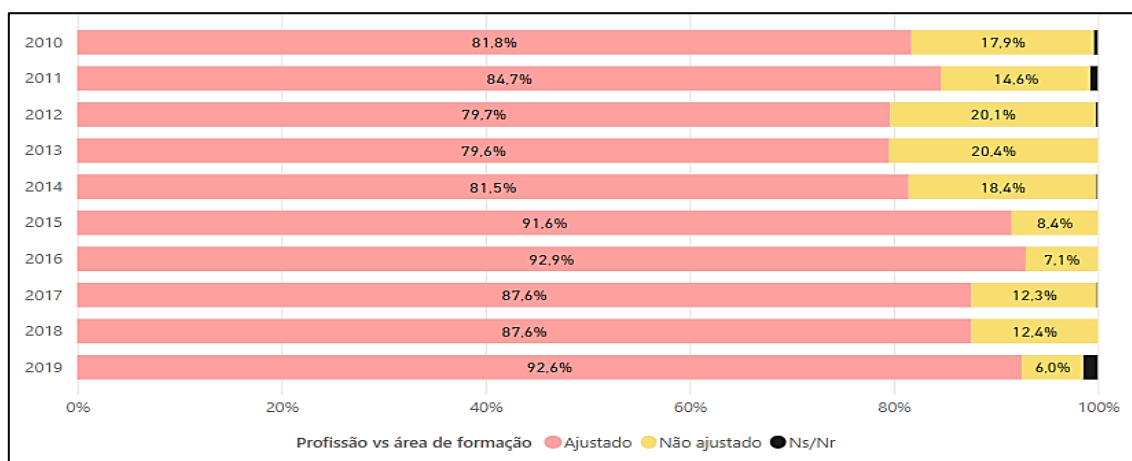


Figura 18. Ajustamento horizontal declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

3.6. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres

Na linha da advertência que havíamos produzido a propósito dos licenciados, importa reforçar que o rendimento mensal constitui um dado especialmente delicado de obter. Os inquiridos não têm muitas vezes presente o valor exato do seu rendimento mensal líquido (também ele variável),

além de, em alguns casos, terem alguma reserva em declará-lo com exatidão. Não é, pois, correto produzirem-se conjecturas a partir da comparação entre valores muito próximos, devendo, tão-só, assinalar-se as principais tendências evolutivas.

O facto de os rendimentos médios declarados na coorte de 2015 e 2019 serem superiores aos de qualquer outra, nomeadamente das três mais recentes, torna-se difícil de interpretar. A hipótese que avançamos é a de que também ele poderá estar parcialmente relacionado com a elevada taxa de inatividade registada nestes anos. Se são os indivíduos que se deparam com ofertas de trabalho caracterizadas por piores remunerações quem terá mais tendência a adiar a entrada no mercado de trabalho, então o aumento da inatividade repercutir-se-á igualmente no aumento das remunerações médias.

Tendo esta salvaguarda em mente, é possível referir-se que a melhoria registada nas últimas quatro coortes é também reforçada pelos indicadores de rendimento (Figura 19). De facto, em resultado da diminuição da carga fiscal direta, conjugada com o aumento de alguns salários, o rendimento médio líquido que se havia contraído, chegando a aproximar-se muito dos 1000 euros na coorte de 2014, sofre uma recuperação nos anos seguintes, de tal forma, que em 2019 as remunerações médias líquidas ultrapassavam em 274 euros as registadas em 2014.

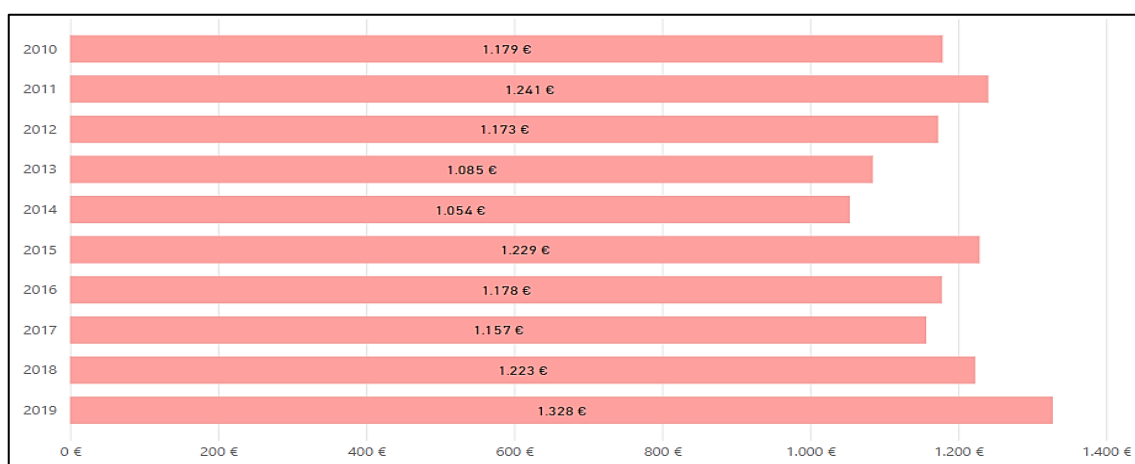


Figura 19. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

3.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres

À semelhança, do que acontece entre os licenciados, mas no caso dos mestres de forma contínua e inapelável, verifica-se uma constante perda de importância do “setor público” enquanto setor empregador (Figura 20). Como se pode observar, a *Administração Pública* em conjugação com o conjunto das *Empresas Públicas e Mistas* era responsável pelos postos de trabalho de mais

de metade daqueles que obtiveram os diplomas em 2010 (51%), mas na coorte de 2019 o somatório desses dois setores abarca menos de um terço do emprego total (30,4%).

Contrariamente, o crescimento do “setor privado” torna-se permanente: se era já responsável pela maioria dos empregos da coorte de 2012, na de 2019 atinge a terceira percentagem mais elevada, passando a acolher 68,3% dos diplomados.

A categoria formada pelas ONG, IPSS e Fundações, que vê o seu peso relativo oscilar, entre a manutenção e a redução, ao longo do período, atinge o seu valor mais baixo em 2019, coorte em que, em percentagem (0,7%), não representa sequer 1% do total.

À semelhança do que sucede com os Licenciados, a coorte de mestres de 2019 assiste a uma ligeira recuperação relativa dos setores associados ao Estado – *Organismos da Administração Pública e Empresas Públicas ou Mistas* – e a um recuo do peso percentual das *Empresas Privadas em Geral*, tornando-se assim nítido que o setor privado foi o que mais recuou em 2019, como seria previsível.

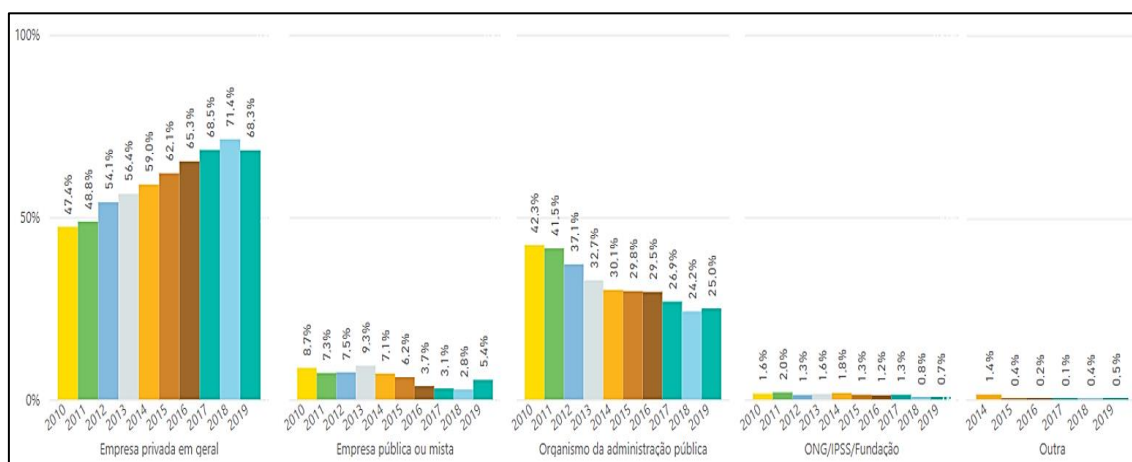


Figura 20. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres da NOVA, um ano após a obtenção do grau

3.8. Situação dos mestres na sua profissão

No que respeita à situação na profissão, o cenário dos mestres não difere do dos licenciados, a não ser no sentido de se verificar uma ainda maior proeminência do peso dos “trabalhadores por conta de outrem” (Figura 21). Este oscila, ao longo dos dez anos, entre um mínimo de 94,1%, em 2012, e um máximo de 97%, em 2018. Em 2019, o valor pouco decresce relativamente à coorte antecedente, situando-se em 94,4%.

É curioso verificar que, em contraponto com o aumento das iniciativas promotoras do empreendedorismo e do autoemprego, não só a proporção de trabalhadores “por conta própria” não tem aumentado, como atinge o seu ponto mais baixo nas últimas coortes analisadas.

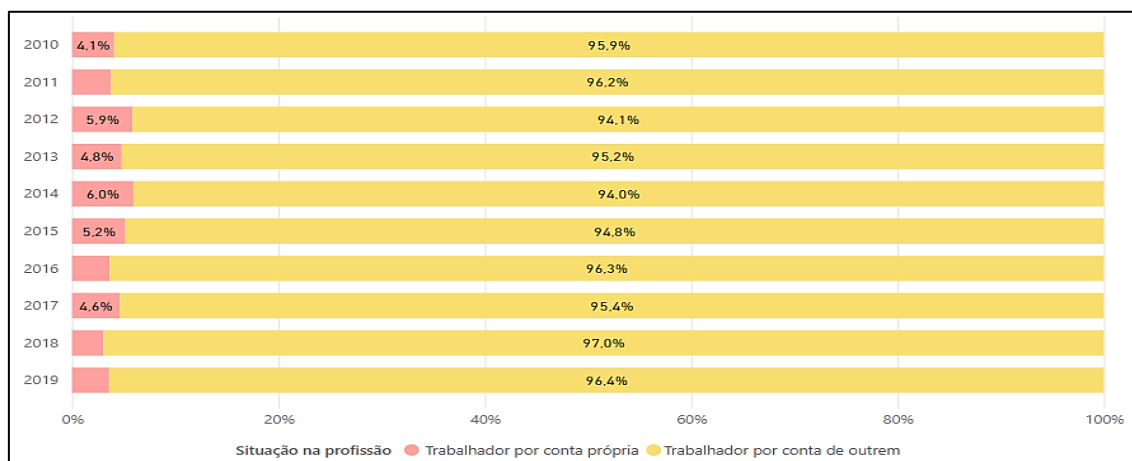


Figura 21. Situação dos mestres da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

3.9. Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão

Se procurarmos avaliar o modo como os mestres se distribuem pelos diversos setores de atividade (Figura 22), importa começar por referir que a sua situação se distingue radicalmente da que testemunhámos junto dos licenciados, o que acontecerá, tanto por efeito do nível de instrução, como pela natureza dos cursos – é preciso não esquecer que fazem aqui a sua aparição os diplomados dos mestrados integrados de Ciências Médicas e das Engenharias.

O sector dos *Serviços prestados às empresas* foi sempre dominante, com exceção do longínquo ano de 2010, no qual o setor da *Educação* ainda predominava, e de 2015, momento em que foi ultrapassado pelo da *Saúde e a Ação Social*. No entanto, a partir de 2016, o peso do setor dos *Serviços Prestados às Empresas* voltou a assumir um ascendente claro, correspondendo, em 2019, a um terço do total (33,8%).

A *Banca e os Seguros*, setor que se havia expandido de forma notória em 2015 e 2016, sofre novo recuo a partir daí, o mesmo sucedendo com a área do *Comércio, Restaurante e Hotéis*. Esta última, que nunca chegou a assumir um peso relevante, ao contrário do que sucedeu entre os licenciados, cresceu a partir da coorte de 2012, mas voltou a cair nos últimos dois anos, a ponto de não compreender, em 2019, mais do que 2,4% do universo global.

Por seu turno, dois setores estreitamente ligados ao Estado – o da *Educação* e o dos *Serviços Artísticos e Culturais* – vêm sofrendo perdas percentuais. De ambos, a *Educação* é o que mais se afunda, registando um recuo drástico da coorte de 2010 para a de 2011, retração que prossegue

depois, de modo mais brando, para se voltar a intensificar na coorte de 2018. A queda do setor educativo levou a que, de setor “número um” na coorte de 2010 (momento em que perfazia 27% do total), caísse para o quarto lugar a partir de 2016. Em 2018 já não representava mais do que 7,5% do emprego dos mestres da NOVA. Em 2019, assistimos a um ligeiro aumento, para 8,5%. Mas no contexto do emprego público em nenhum outro setor o declínio se torna tão notório quanto no da *Administração Pública (Central e Local)*. Se este setor eminentemente estatal chegou a representar 8,1% em 2011, não ia já além de 1,6% em 2019.

A importância dos demais setores irá oscilar ao longo da década sem que se note uma tendência clara de aumento ou recuo. Merece destaque, pela sua importância, a *Saúde e Ação Social*, que se irá posicionar, estável, no segundo lugar, desde 2012, ou seja, nos últimos sete anos.

Considerando apenas o ano de 2019 e comparando-o com o de 2018 verificamos uma quebra da importância, quer relativa, quer absoluta, dos *Serviços Prestados às Empresas*, do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, setores eminentemente privados, e da *Administração Pública Central e Local*; da *Justiça* e da *Defesa Nacional*, sectores públicos. O único setor que aumenta em termos absolutos e, por essa via, cresce também de forma significativa em termos percentuais é o da *Banca e dos Seguros*.

Com exceção deste último, todos os outros setores sofrem perdas em termos absolutos. No entanto, pela sua importância, o setor dos *Serviços Prestados às Empresas* foi aquele cuja contração mais contribuiu para o aumento de desemprego e para a redução do emprego nas empresas privadas registados entre os Mestres, em 2019.

Coorte		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Setor de atividade		%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Serviços prestados às empresas		19.5%	224	19.9%	272	22.6%	333	22.3%	327	28.8%	399	18.6%	283	21.9%	327	28.3%	512	34.8%	705	33.8%	581
Saúde e ação social		17.5%	201	18.5%	253	20.0%	295	20.1%	294	19.8%	274	20.8%	316	19.2%	287	18.5%	335	19.5%	394	18.5%	335
Educação		27.8%	310	19.6%	268	18.0%	264	15.8%	232	12.3%	170	11.9%	181	12.2%	182	11.3%	205	7.5%	152	8.5%	146
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas		2.0%	138	5.2%	209	1.6%	171	1.2%	164	9.2%	127	10.0%	153	4.2%	211	5.6%	282	1.8%	239	11.5%	199
Bancos e seguros		5.7%	66	5.0%	69	3.0%	45	5.3%	78	5.0%	69	1.7%	177	10.2%	153	8.8%	159	7.0%	142	10.3%	178
Administração Pública, central e local		4.8%	56	8.1%	111	5.4%	80	4.9%	72	7.5%	104	5.8%	88	6.0%	90	2.4%	43	1.9%	39	1.6%	27
Comércio, restaurantes e hotéis		2.6%	29	2.6%	35	4.6%	67	6.5%	96	6.0%	83	6.0%	91	5.0%	75	4.5%	81	3.9%	79	2.4%	41
Transportes e comunicações		3.5%	40	3.6%	49	4.8%	70	4.0%	59	3.2%	45	3.8%	58	4.1%	62	3.7%	68	2.8%	57	2.8%	49
Serviços artísticos e culturais		3.7%	42	2.7%	36	3.8%	56	4.3%	63	4.1%	57	2.7%	41	2.0%	30	2.5%	45	2.2%	45	2.4%	41
Justiça		2.0%	23	1.5%	21	2.5%	37	2.2%	32	1.6%	22	2.2%	33	0.8%	12	2.3%	42	2.3%	47	1.3%	23
Outra situação												3.5%	52	0.7%	10	0.5%	9	4.0%	81	4.7%	80
Agricultura, pesca e indústrias extrativas		0.5%	5	0.7%	10	0.6%	9	0.9%	13	0.6%	8	1.9%	29	1.6%	24	0.7%	12	0.7%	14	0.8%	13
Defesa Nacional		0.5%	6	1.4%	19	0.9%	13	1.4%	21	0.4%	6	0.2%	4	0.5%	8	0.3%	6	1.2%	25	0.1%	2
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais		0.4%	5	0.5%	7	0.3%	4	0.2%	4	1.0%	14	0.8%	12	1.0%	16	0.5%	9	0.2%	5	0.4%	7
Ns/Nr		0.2%	3	0.7%	10	1.9%	29	0.8%	11	0.5%	7	0.3%	4	0.4%	6	0.1%	2	0.1%	2		
Total		100.0%	1.149	100.0%	1.370	100.0%	1.472	100.0%	1.465	100.0%	1.384	100.0%	1.521	100.0%	1.492	100.0%	1.811	100.0%	2.026	100.0%	1.721

Figura 22. Setores de atividade em que os mestres da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

3.10. Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar

Consideremos agora os dados respeitantes ao posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrar (Figura 23).

Desde logo constata-se que, na coorte de 2012, aquela que, em resultado da crise económica e financeira, expressava intenções emigratórias mais fortes, só um quarto dos indivíduos (24,4%) afirmava “não ter considerado a hipótese de emigrar”. Esse número é bem sintomático de uma situação de desesperança, à época especialmente intensa, se bem que aqueles que, ou “por já terem emigrado”, ou por declararem “ter planos para emigrar nos próximos 5 anos”, ou ainda “por verem a possibilidade de emigrar como muito provável”, mais próximos se encontravam de concretizar esse propósito, não atingisse um terço do total (31,1%). A intenção emigratória vai depois decaindo, progressivamente, até ao ano de formatura de 2016, momento em que aqueles que já haviam emigrado ou que pareciam ter desejos ou mesmo planos concretos de transferência para o estrangeiro, não perfaziam, no seu somatório, mais de 13,4%.

Depois de 2012, é possível descortinar duas fases: uma primeira onde a manifestação da disposição emigratória foi diminuindo, e que coincide, de forma direta, com o abrandamento da crise económica e das políticas de austeridade. Tal redução não pode, portanto, deixar de ser interpretada como resultado de uma melhoria progressiva das expectativas dos mestres em matéria de emprego. O segundo momento, que corresponde a duas das últimas coortes, é marcado por novo acréscimo das intenções emigratórias, se bem que inferior ao registado no triénio 2012-2014. cremos que este aumento da disposição, por assim dizer, contracíclica para se emigrar, verificado entre os diplomados de 2017 e 2018, inclui certamente o intensificar da perceção de que a situação profissional pessoal pode beneficiar com uma saída de Portugal, não sendo, porém, redutível a esse aspeto. Os motivos para se emigrar podem ser vários, nomeadamente a mobilidade de algum familiar (ex.: o/a conjugue), ou razões extra laborais, como, por exemplo, os desejos de obter novas experiências, de viajar, de estudar no estrangeiro, etc. Em 2019, comparativamente às duas coortes anteriores, notamos que a disposição emigratória foi diminuindo, com mais de 50% dos inquiridos a não colocar a hipótese de emigrar, valor mais elevado nas dez coortes analisadas.

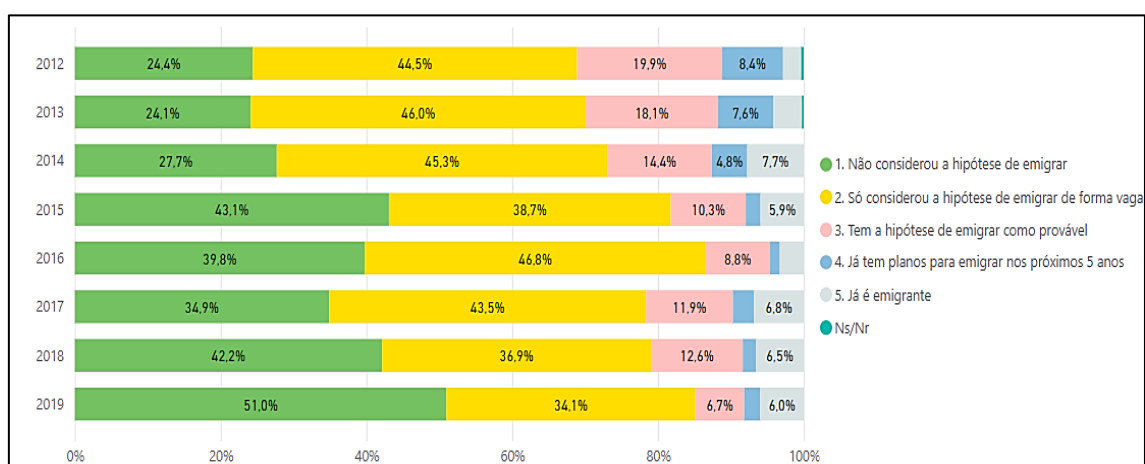


Figura 23. Posicionamento dos mestres da NOVA (apenas de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

3.11. Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Por fim, as declarações de que se escolheria o mesmo ciclo de estudos (Figura 24) e a mesma escola (Figura 25) são também muito elevadas entre mestres, ultrapassando, inclusive, as expressas pelos licenciados.

A intenção de escolha do mesmo estabelecimento de ensino foi sempre superior a 90% ao longo das dez coortes contempladas. Merece especial destaque a coorte de 2016, pois, registou valores especialmente elevados. No ano de 2016, a intenção de escolha do mesmo curso ultrapassou os 90%, e a seleção da mesma escola atingiu uns surpreendentes 95,8%. Ou seja, apenas menos do que um indivíduo em vinte não escolheria a mesma Faculdade/Instituto.

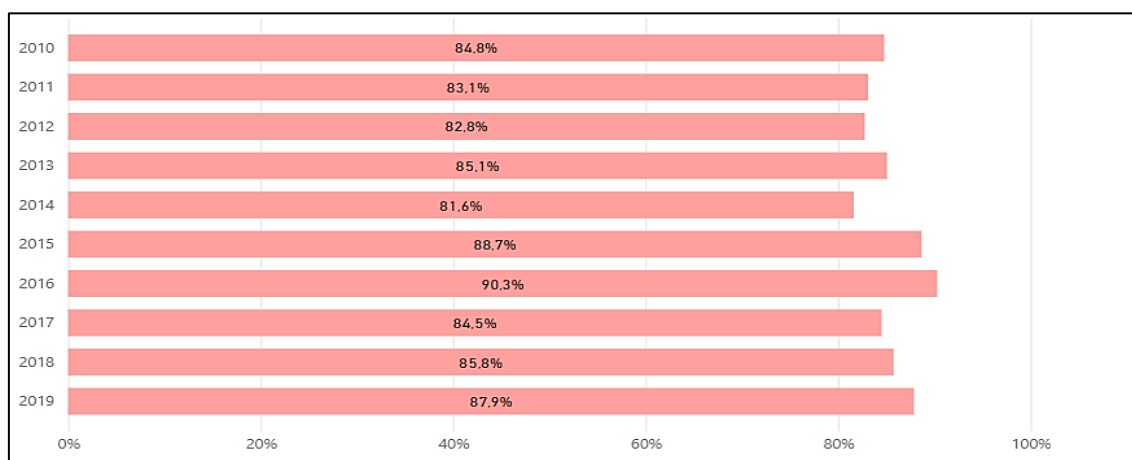


Figura 24. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

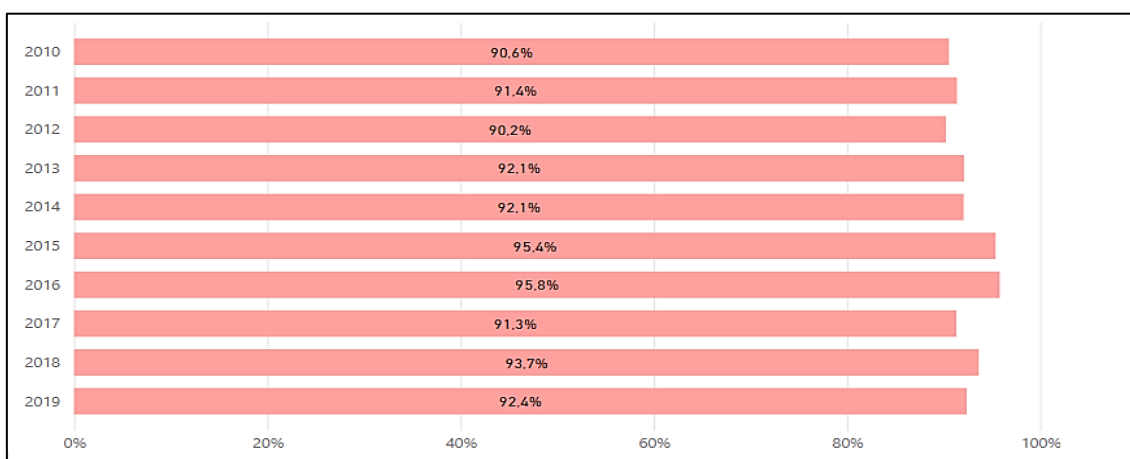


Figura 25. Percentagem de mestres da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

4. Doutores

4.1. Situação perante a atividade dos doutorados

A situação dos doutorados perante a atividade apresenta diferenças significativas em relação à dos mestres, e consideráveis disparidades relativamente à dos licenciados. A mais relevante diz respeito à percentagem de inativos. Contrariamente ao observado nos dois níveis de ensino anteriores, os inativos não sofreram qualquer aumento nas coortes de 2015 de 2016 e de 2019, atingindo, inclusive, nesta última coorte um valor de 2,8%, apenas superior ao de 2010.

A coorte de 2012 foi aquela que ao fim de um ano se encontrava em maiores dificuldades, com um número de desempregados a atingir a fasquia dos 9,1%, e de inativos a situar-se na casa dos 6,3%. O cenário manteve-se, com níveis elevados, tanto de desemprego, como de inatividade, em 2013 e 2014.

A partir de 2015 o panorama melhorou de forma nítida, com a percentagem de indivíduos empregados a ultrapassar, nesse ano e nos seguintes, os 90%. Comparativamente à coorte de 2018, a coorte de 2019 apresentou um maior número de indivíduos empregados e, simultaneamente, um decréscimo de indivíduos em situação de desemprego (1,8%) e inatividade (2,8%), o que configura, portanto, uma situação de sinal positivo, inversa à que encontramos entre os Licenciados e os Mestres nesta coorte mais recente.

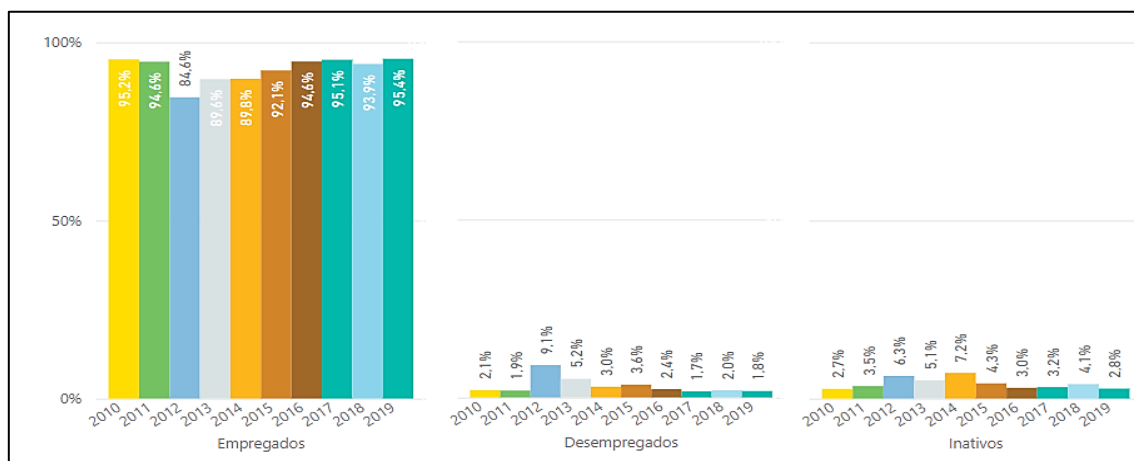


Figura 26. Situação perante a atividade dos diplomados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

4.2. Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos

No que concerne ao prosseguimento de estudos, a percentagem de doutorados que afirmava continuar a estudar teve sempre uma expressão considerável, pelo menos desde 2010, chegando a perfazer, em certas coortes, um quarto do total. Este valor foi, mesmo, ultrapassado em 2012. A esmagadora maioria desses diplomados estudantes realizavam pós-doutoramentos (situação que alguns deles considerava ambivalente, em virtude de conjugar estudo e trabalho).

Apenas em 2016 e 2019, e de forma residual em 2012, deparamos com indivíduos desempregados que continuavam a estudar. E apenas em 2014 e 2019 com inativos-estudantes. É verdade que, tanto estes últimos como os desempregados-estudantes são em número superior na última coorte considerada. Trata-se, contudo, de uma situação que não merece ser sublinhada, pois a percentagem de desempregados e inativos entre os Doutorados é, como se pode verificar na Figura 26, bastante baixa.

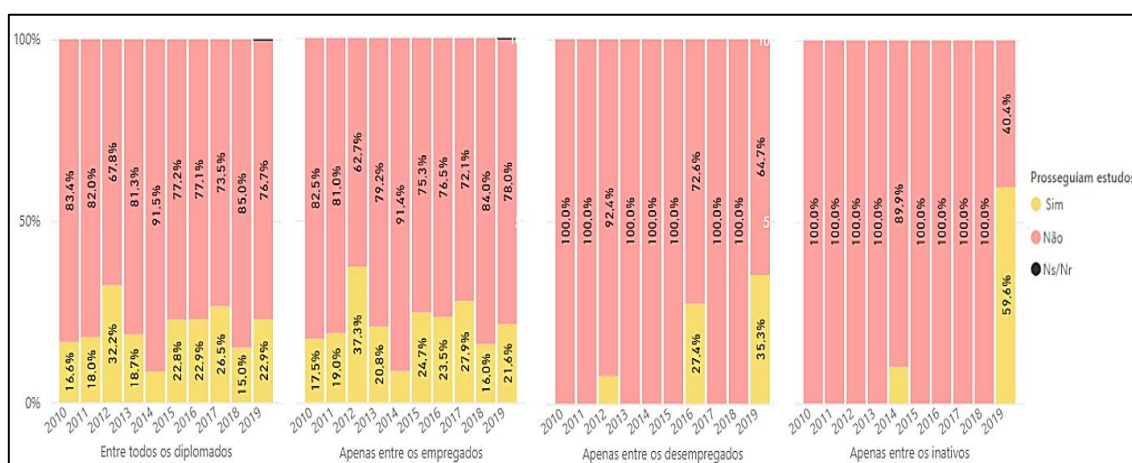


Figura 26. Percentagem de doutorados da NOVA que prosseguiram estudos

4.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados

Se nos questionarmos, agora, acerca da importância que as bolsas de investigação e de pós-doutoramento adquiriam na formação do emprego dos doutorados, verificamos que ela é significativa, correspondendo, na coorte mais recente, a 17,6% (Figura 28). Em todo o caso, o aspeto mais saliente é sem dúvida o de que a proporção de doutorados que dispunham de bolsas nas últimas três coortes (2017, 2018 e 2019) é bastante menor do que no triénio inicial (2010, 2011 e 2012). A tendência foi, portanto, de decréscimo, com interrupções da curva descendente nas coortes de 2012, 2017 e agora em 2019.

Para o incremento extraordinário das bolsas que se verificou na coorte de 2017 é bem provável que tenha contribuído a não abertura nesse mesmo ano de concursos para a atribuição de Bolsas de Pós-Doutoramento pela FCT (importa aqui lembrar que nos reportamos à situação de todas as coortes um ano após a sua graduação, pelo que a situação da coorte de 2017 diz respeito ao ano de 2018). Ou seja, o aumento verificado na coorte de 2017 resulta essencialmente do contraste com o ano de 2016; não parece inaugurar uma nova tendência de aumento real do número de bolsas facultadas aos diplomados da NOVA. Basta observar que o número efetivo de bolsas atribuídas em 2017 foi claramente inferior ao das concedidas em qualquer dos anos de 2010 a 2013.

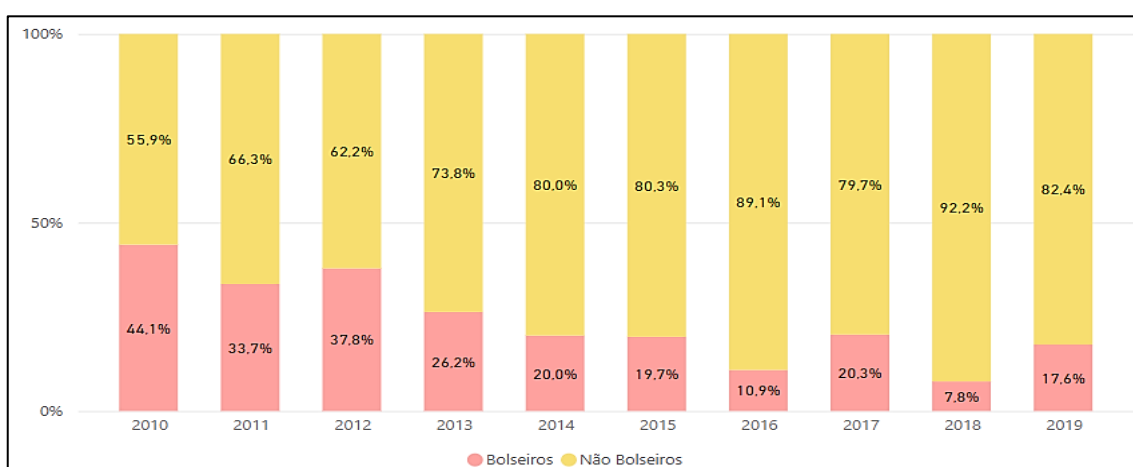


Figura 28. Proporção de bolsistas de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados da NOVA

4.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Os dados anteriores deixavam facilmente prever as taxas de emprego e desemprego com que deparamos na Figura 29. Na coorte mais recente, de 2019, a taxa de emprego ultrapassou de forma clara os 90%, enquanto a de desemprego não foi além de 1,9%. Este último indicador coincide com o número igualmente muito baixo de indivíduos dessa coorte que se encontravam inscritos em Centros de Emprego a fim de procurarem trabalho: 0,6%.

Importa, no entanto, não esquecer que a taxa de desemprego dos doutorados chegou a tanger os 10% na coorte de 2012, mesmo com o número de 6,3% de inativos registado nesse ano. A percentagem de inscritos em Centros de Emprego era dez vezes superior, nessa data, à observada em 2019 (Figura 29).

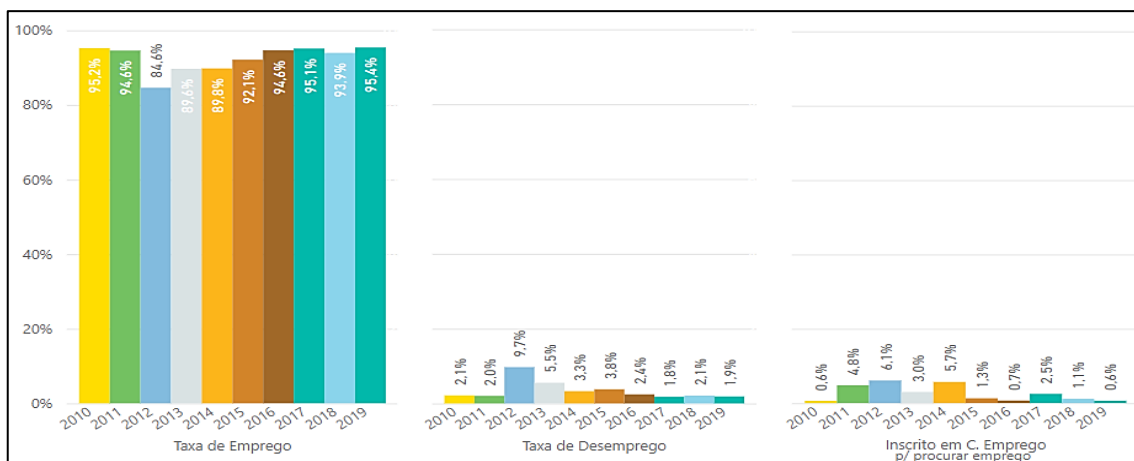


Figura 29. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

4.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados

Os níveis de “ajustamento vertical” (Figura 30) e de “ajustamento horizontal” (Figura 31) continuam a manter-se bastante elevados em 2019 (respetivamente 100% e 89,4% em 2019), e nada indica terem decrescido ao longo do decénio. Na realidade, os níveis de “ajustamento horizontal” parecem mesmo ter registado melhorias nos quatro últimos anos inquiridos, comparativamente com os cinco primeiros da década, com exceção da coorte de 2012 que conheceu níveis ímpares de ajustamento, quer vertical, quer horizontal.

Na mesma linha do que foi referido a propósito dos mestres, colocamos a hipótese de o ajustamento particularmente elevado registado na coorte de 2012 poder ser, em larga medida, fruto do aumento da inatividade verificado nesse mesmo ano. Com efeito, em linha com o que vimos defendendo, cremos que serão os indivíduos que se encontram numa situação laboral claramente inferior às suas expetativas os mais propensos a suspender ou a adiar a sua inscrição no mercado de trabalho. Eventualmente, será também essa uma das razões que explica o ligeiro incremento da remuneração média da coorte de 2012 quando confrontada com as registadas em qualquer das primeiras cinco coortes (2010-2015).

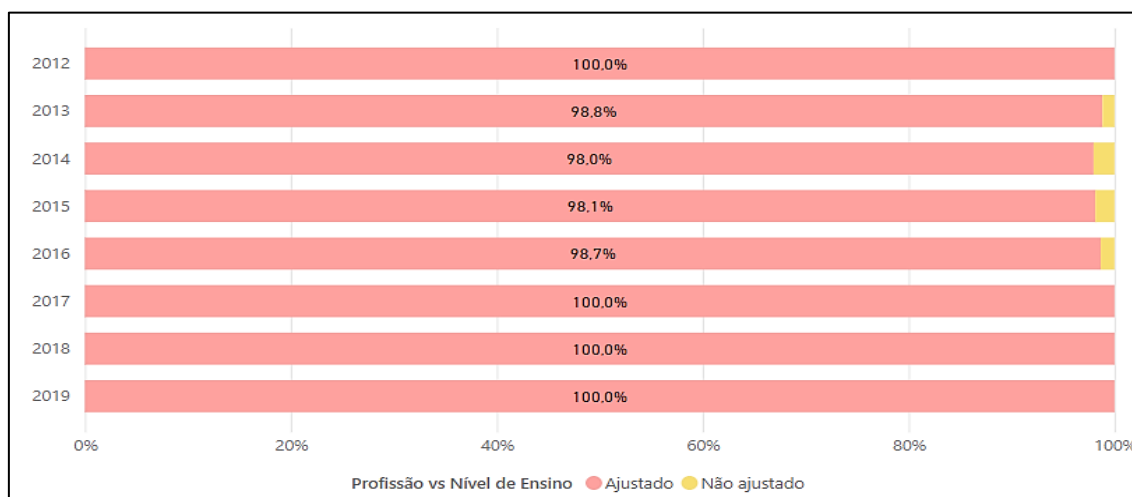


Figura 30. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

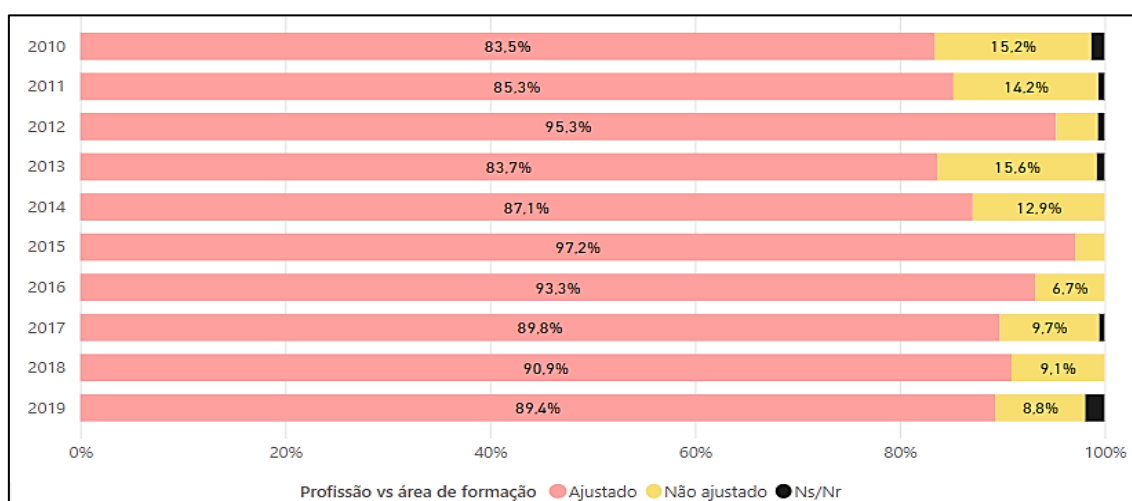


Figura 31. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

4.6. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados

Ao contrário do que sucede com os licenciados e mestres, os níveis de rendimento parecem ter sido marcados por uma considerável estabilidade (Figura 32). O aumento súbito e assinalável das remunerações médias na coorte de 2015, “normalizado” em baixa na coorte imediatamente a seguir, ter-se-á ficado a dever a um forte crescimento de doutorados da área da *Saúde*, setor com remunerações comparativamente mais elevadas.

No entanto, o dado fundamental a salientar é, sem dúvida, o de que as médias remuneratórias dos doutorados foram sempre muito superiores às observadas nos dois níveis de formação anteriores. Em 2019, essas remunerações eram em 333 euros mais altas dos que as dos mestres e em 590 euros mais elevadas do que as dos licenciados. Para a explicação destas disparidades concorrem não apenas o género de atividades sobrerrepresentadas entre indivíduos com o doutoramento – é o caso das profissões médicas e dos indivíduos inscritos na carreira docente universitária –, mas também as médias etárias dos indivíduos que concluíram o 3.º Ciclo. Estas são, em qualquer das coortes, superiores a 40 anos, ao passo que não ultrapassam os 28 no caso dos mestres e os 24 no dos licenciados. Naturalmente, a média etária encontra-se associada ao tempo de permanência no mercado de trabalho, repercutindo-se, por conseguinte, nos patamares remuneratórios alcançados.



Figura 32. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

4.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados

Focalizando agora a atenção na natureza jurídica das entidades em que os doutorados exerciam a sua atividade (Figura 33), verificamos que o peso do emprego no Estado é bastante superior àquele com que deparamos junto dos mestres e licenciados. Mas o padrão evolutivo é semelhante, pois, também entre os doutorados se observa, até à coorte de 2017, se bem que com flutuações, um aumento claro do emprego em empresas privadas. Este situava-se em 26,5% na coorte de 2019, enquanto em 2010 não ultrapassava 14,6%. Em paralelo, a percentagem de indivíduos empregados no setor público vai-se pouco a pouco estreitando. Com efeito, embora em 2017 e 2018 o peso dos *Organismos da Administração Pública* na formação do emprego aumente (mantendo-se, porém, sempre longe dos valores alcançados até à coorte de 2013), volta a cair de forma significativa em 2019, para um mínimo de 51,4%.

As ONG, IPSS e Fundações, ao contrário do que sucede com os licenciados e mestres, atingem, entre os Doutores, os valores em nada despidiendos de 6,7% em 2018, e de 4,0%, em 2019. É possível que tenha assumido algum significado na importância desse setor a transição de algumas entidades do ensino superior público para o regime fundacional, entre as quais a se conta a própria NOVA.

O forte aumento para 8%, de “outras situações” não cabíveis em qualquer dos tipos de entidades empregadoras previstas só poderá ser entendido a partir de uma análise detalhada das respostas abertas do inquérito, ainda não efetuada.

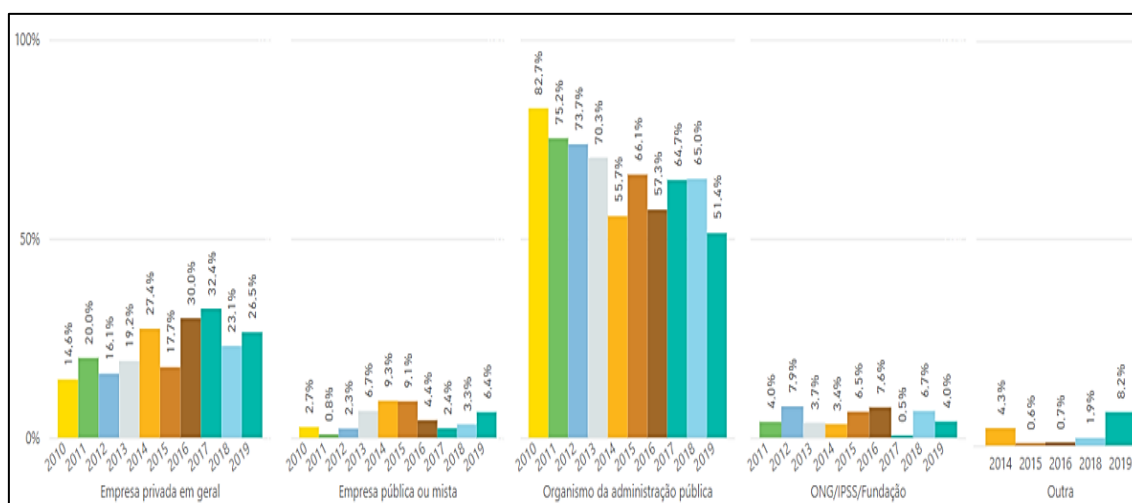


Figura 33. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados da NOVA, um ano após a obtenção do grau

4.8. Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão

Os dados relativos à importância do emprego por setores de atividade são aqui especialmente relevantes em virtude de contribuírem para esclarecer a natureza da alteração da estrutura de emprego responsável pela perda de importância do setor público, a que atrás aludimos.

Como se pode observar (Fig. 34), trata-se de uma perda que se fica a dever, acima de tudo, à quebra vigorosa do Setor da *Educação*, que foi tendo lugar, sobretudo, a partir da coorte de 2014, a ponto de em 2017 e 2018 o setor educativo ter passado a representar menos de metade do emprego total, acentuando-se esse decréscimo na coorte de 2019, com 27%. Não é de mais sublinhar este dado, pois constitui um elemento essencial na mudança do perfil do emprego típico dos doutorados, até a um passado bem recente.

Com efeito, o OBIPNOVA dispõe de dados acerca de duas coortes mais recuadas que não figuram no presente relatório - 2005 e 2009. Da consulta dessas informações fica claro que o peso dos doutorados a trabalhar na *Educação*, nesses anos remotos, era absolutamente hegemónico, a ponto de facilmente se poder afirmar que a realização de um doutoramento por indivíduos que

não fossem docentes do ensino superior, ou investigadores, constituía uma situação rara - a realização de uma tese de doutoramento e a carreira universitária andavam, por assim dizer, a par.

Mas se a queda da *Educação* é acentuada e constante, devemos então indagar-nos: quais os setores responsáveis pelo acréscimo da importância dos *Organismos da Administração Pública* registado em 2017 e 2018? Ora é possível constatar que ele não se deve, nem a um crescimento dos doutorados a trabalhar no sector da *Administração Pública Central e Local*, nem a um aumento no *Serviços Artísticos Culturais*, ou sequer na *Justiça* ou na *Defesa* – o incremento parece ficar a dever-se, quase por inteiro, à área da *Saúde e Ação Social*, com destaque para a coorte de 2019, momento em esta área representava já 32,% do Universo, ultrapassando o setor *Educação*.

Digno de realce é ainda o facto de os doutorados da NOVA se encontrarem progressivamente disseminados por um leque mais amplo de setores – *Justiça; Transportes e Comunicações e Indústrias Transformadoras, Eletricidade, Água, Gás, Construção e Obras Públicas, Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais*. Surge também, praticamente pela primeira vez, em 2014, o *Setor da Banca e Seguros*, que assume imediatamente um peso notável entre os anos de graduação de 2014 e 2016, embora volte a declinar nas coortes de 2017 e 2018. Recuperará de novo, ligeiramente, na coorte de 2019.

Se nos centrarmos porém apenas no ano de 2019, o mais surpreendente a registar, além de mais um aumento significativo do Setor *Saúde*, é o incremento da importância dos *Serviços Prestados às Empresas*, que conquista um valor inédito de 16,2%. Este valor é responsável pelo aumento do emprego em Empresas Privadas registado em 2019 face ao ano de 2018, que pode ser observado na Figura 33.

Coorte	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019										
Setor de atividade	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n										
Educação	70,4%	88	77,7%	124	72,1%	108	79,6%	153	59,5%	88	58,3%	110	50,7%	129	48,6%	91	45,9%	102	27,0%	51
Saúde e ação social	9,7%	12	5,8%	9	6,0%	9	7,6%	15	10,7%	16	24,1%	45	21,1%	54	23,3%	44	24,0%	53	32,0%	61
Serviços prestados às empresas	6,5%	8	3,6%	6	2,2%	3	1,8%	4	9,9%	15	1,1%	2	6,2%	16	3,9%	7	3,8%	8	16,2%	31
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	1,2%	2	4,0%	6	3,3%	5	0,5%	1	2,0%	3	2,3%	4	4,5%	12	12,0%	22	6,2%	14	1,3%	2
Administração Pública, central e local	3,2%	4	4,2%	7	3,2%	5	4,8%	9	7,2%	11	1,9%	4	4,3%	11	4,7%	9	3,1%	7	2,6%	5
Serviços artísticos e culturais	4,8%	6	2,6%	4	6,4%	10	1,7%	3	1,4%	2	2,3%	4	3,9%	10	1,6%	3	2,9%	6	2,2%	4
Outra situação									3,4%	6	2,1%	5			6,5%	14	7,6%	15		
Bancos e seguros	0,8%	1					4,1%	6	2,5%	5	3,0%	8	0,9%	2	1,0%	2	2,3%	4		
Justiça	0,8%	1			1,3%	2			2,2%	3	0,5%	1	1,5%	4	1,4%	3	2,4%	5	1,6%	3
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais				1,7%	3		2,0%	3							0,5%	1	6,0%	11		
Transportes e comunicações					0,5%	1			2,2%	4			1,6%	3	1,8%	4	1,3%	3		
Comércio, restaurantes e hotéis	0,8%	1	1,3%	2		1,4%	3	1,1%	2	1,4%	3	0,7%	2	1,5%	3					
Ns/Nr	1,8%	2	0,9%	1	1,3%	2	0,6%	1				0,7%	2							
Defesa Nacional					1,5%	3						0,5%	1	0,5%	1	1,1%	2			
Agricultura, pesca e indústrias extrativas				2,4%	4							0,6%	2			1,0%	2			
Total	100,0%	125	100,0%	160	100,0%	150	100,0%	192	100,0%	148	100,0%	188	100,0%	255	100,0%	187	100,0%	222	100,0%	191

Figura 34. Setores de atividade em que os doutorados da NOVA exercem a sua profissão, um ano após a obtenção do grau

Merece menção, por fim, o número extremamente reduzido de doutorados a prestar serviços na área do *Comércio, Restaurante e Hotéis*, pois este setor não empregava nas coortes de 2018 e 2019 qualquer doutorado da NOVA. O contraste com o cenário observado junto dos mestres, mas em especial dos licenciados, era neste aspeto, radical.

4.9. Situação dos doutorados na sua profissão

Quando se trata de analisar a “situação dos doutorados na profissão” (Figura 35), observamos que esta se aproxima, do ponto de vista evolutivo, da registada entre os dois níveis de instrução anteriores, semelhança que se manifesta a dois níveis: em primeiro lugar, a percentagem do trabalho por “conta de outrem” é claramente hegemónica; em segundo, o “trabalho por conta própria” é maior junto das coortes de 2011, 2012 e 2013, precisamente aquelas que iniciaram a sua atividade profissional nos anos mais marcados pela crise económica, voltando a reduzir-se em 2014 e 2015.

A situação dos doutorados tem, no entanto, a singularidade de ser marcada por um acréscimo da proporção de “trabalhadores por conta própria” em três dos quatro últimos anos. Este incremento registado em 2016, 2017 e 2019 gera perplexidade, devendo, pois, ser esclarecido a partir de um exame mais detalhado das atividades profissionais concretas dos doutorados naquele triénio, não vertido no presente relatório.

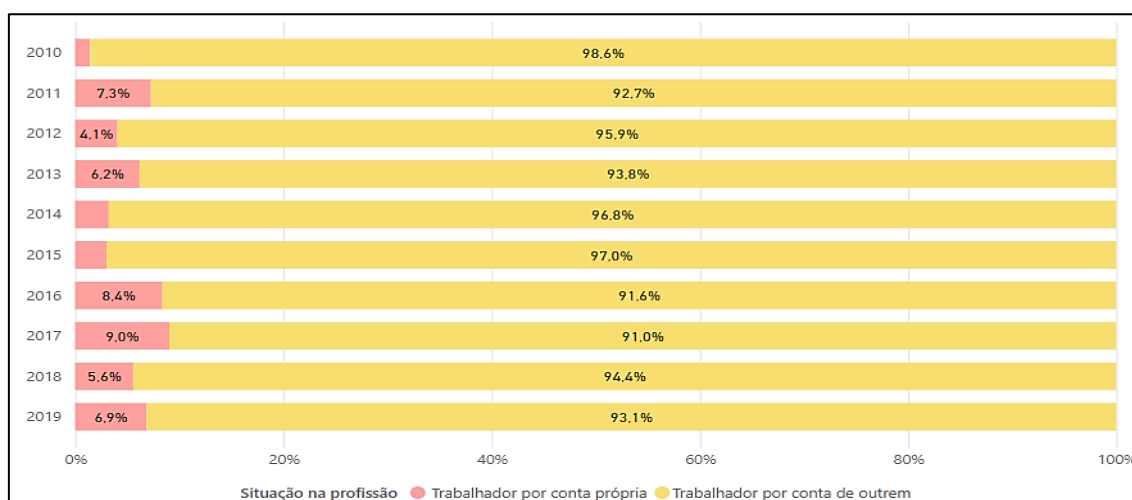


Figura 35. Situação dos doutorados da NOVA na sua profissão, um ano após a obtenção do grau

4.10. Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrar

Em termos tendenciais, a evolução da intenção de emigrar manifestada pelos doutorados é idêntica à registada entre os mestres. Também para os primeiros foi, tanto em 2015, como em 2016, menor do que nos anos anteriores (Figura 36).

Entre as dez coortes analisadas, desponta a de 2012. Aí o somatório dos indivíduos que “já eram emigrantes”, que “tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos”, ou que “consideravam a hipótese de emigrar como muito provável” aproximava-se muito de um terço do total (31,3%). Contrariamente, na fileira de 2015, que, recordamos, era a que auferia rendimentos médios superiores, que registava maiores níveis de ajustamento horizontal, e na qual se observava uma situação de recuperação da “taxa de emprego”, o resultado daquele mesmo somatório havia-se contraído em mais de metade (13,3%).

Vale, no entanto, a pena sublinhar que, a partir daí, as disposições emigratórias não voltaram a reduzir-se, apesar da melhoria conjuntural verificada. A vontade emigratória não atingiu, é certo, os picos de 2012 e 2014, mas nunca foi despicienda. Se adicionarmos de novo o número daqueles que “já eram emigrantes”, com o daqueles que “tinham planos para emigrar nos próximos 5 anos” e, por fim, com o dos que “consideravam a hipótese de emigrar como muito provável” verificamos que das coortes de 2016 a 2019 o coeficiente obtido rondou sempre os 20%. Número que seria certamente ultrapassado se nas amostras de qualquer das coortes não se encontrassem sempre subrepresentados os doutorados residentes no estrangeiro.

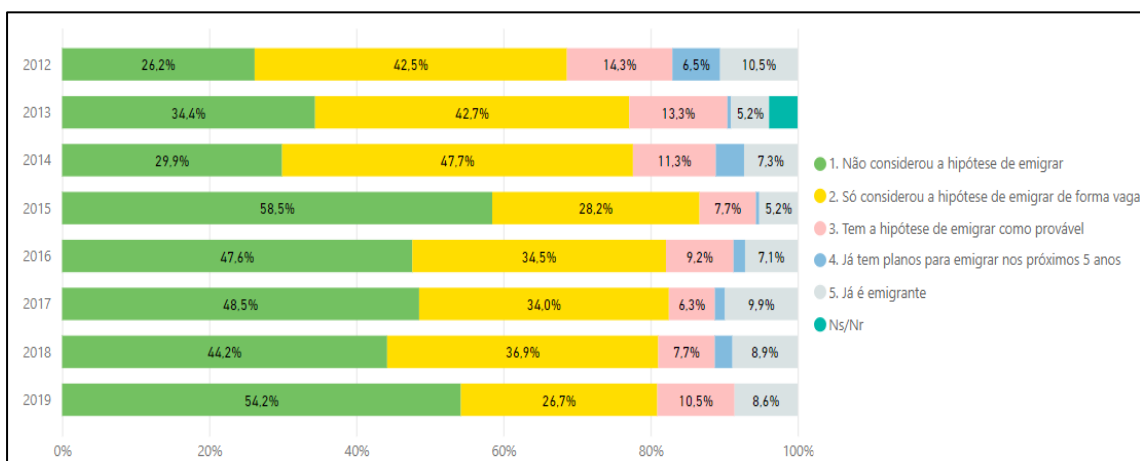


Figura 36. Posicionamento dos doutorados da NOVA (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

4.11. Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Finalizamos este documento com a observação da avaliação que os doutorados da NOVA produzem dos cursos e das escolas onde realizaram os seus cursos (Figuras 37 e 38).

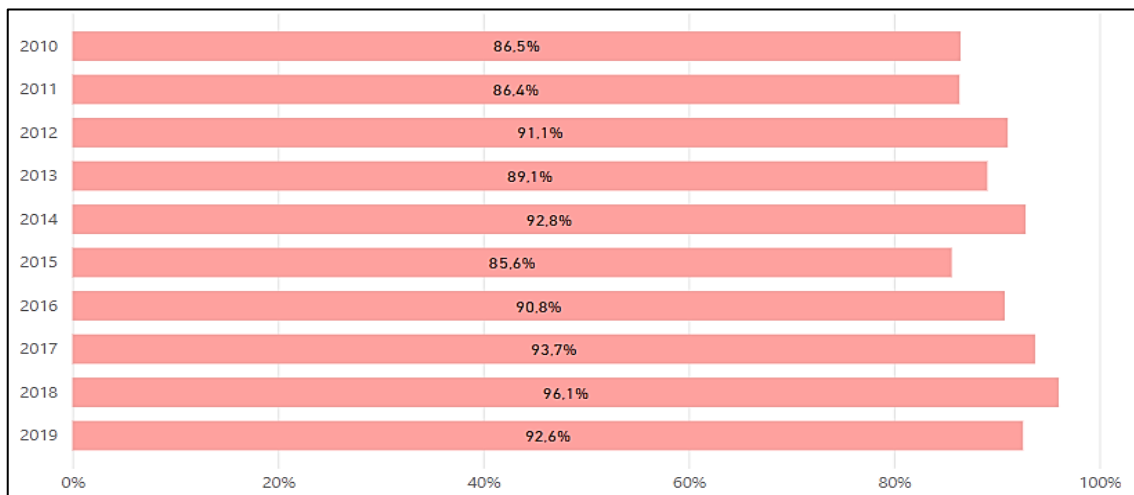


Figura 37. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Uma breve leitura transversal é suficiente para constatar que as manifestações de intenção de escolha do mesmo curso e da mesma escola são de novo muito elevadas. Além disso, nos últimos quatro anos analisados, verifica-se um acréscimo nessas intenções face às declaradas nas coortes anteriores.

Não deixa de ser surpreendente, pela positiva, registar que, na coorte de 2019, praticamente a totalidade dos inquiridos seleccionaria, quer o mesmo curso (92,1%), conforme Figura 37, quer a mesma escola (94,7%), conforme Figura 38, mesmo com a variedade significativa de ofertas educativas disponíveis a nível nacional e internacional.

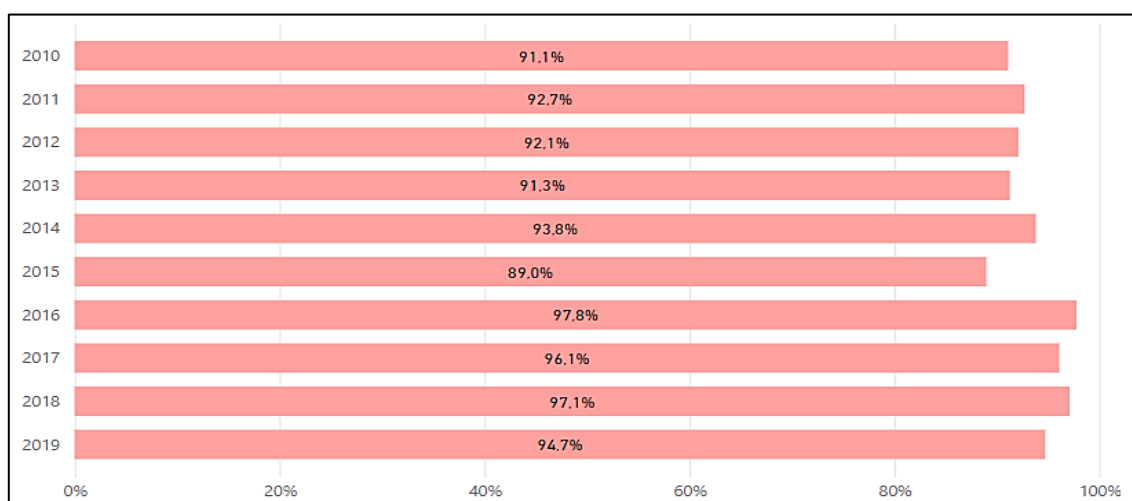


Figura 38. Percentagem de doutorados da NOVA que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino